



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, dezembro/2005

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Murilo Portugal Filho

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 11, novembro 2005. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

## **RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 1,4 bilhão em novembro, acumulando no ano superávit de R\$ 57,0 bilhões (3,22% do PIB). O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 4,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 11,1 milhões, respectivamente. As receitas caíram em novembro (3,9%), especialmente devido à sazonalidade da arrecadação do IRPJ e da CSLL (primeira cota e cota única em outubro referente à apuração trimestral encerrada em setembro), e da cota-parte de compensações financeiras (trimestralidade da rubrica “participação especial”). Por outro lado, em decorrência da maior arrecadação de outubro concentrada no último decêndio, cresceram as despesas com transferências a estados e municípios (29,8%). As despesas, em seu conjunto, aumentaram 3,0%. De um lado, destaca-se o crescimento de 18,2% nos gastos com pessoal e encargos, devido ao pagamento de parte do 13º salário. De outro, houve redução de 75,3% nas despesas com operações oficiais de crédito, devido à concentração da securitização da dívida agrícola em outubro. As demais despesas de custeio e capital cresceram 6,2% no mês, em linha com a programação financeira para o período.

*O resultado primário do governo central soma R\$ 57,0 bilhões (3,22% do PIB) até novembro deste ano, em linha com o obtido em igual período de 2004, quando registrou-se superávit de R\$ 52,1 bilhões (3,25% do PIB).*

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>16,2%</b>
Tesouro	16,4%
Previdência	15,5%
<b>Transferências</b>	<b>22,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15,1%</b>
<b>Despesas</b>	<b>16,3%</b>
Benefícios	16,8%
Pessoal	10,9%
Custeio e Capital	20,7%

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	OUT 2005	NOV 2005	JAN-NOV 2004	JAN-NOV 2005
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>41.439,6</b>	<b>39.810,6</b>	<b>372.134,7</b>	<b>432.557,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>32.627,2</b>	<b>30.660,0</b>	<b>290.584,8</b>	<b>338.315,3</b>
I.1.1 Receita Bruta (1)	34.343,8	31.686,2	303.735,8	351.416,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.716,6	-1.026,1	-13.151,1	-13.101,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>8.699,0</b>	<b>9.044,1</b>	<b>80.446,7</b>	<b>92.947,5</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>113,3</b>	<b>106,5</b>	<b>1.103,3</b>	<b>1.294,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.330,7</b>	<b>8.216,6</b>	<b>61.214,6</b>	<b>74.670,0</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>35.108,9</b>	<b>31.593,9</b>	<b>310.920,1</b>	<b>357.887,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>29.315,8</b>	<b>30.199,4</b>	<b>258.789,4</b>	<b>300.911,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>6.858,8</b>	<b>8.110,2</b>	<b>73.321,0</b>	<b>81.336,1</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>11.836,4</b>	<b>12.071,4</b>	<b>105.828,5</b>	<b>123.609,6</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>10.425,5</b>	<b>9.884,3</b>	<b>77.790,0</b>	<b>93.893,0</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.081,0	1.200,8	8.782,5	10.969,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.531,4	437,4	3.535,8	6.981,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	837,5	840,9	6.840,1	8.404,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.975,6	7.405,2	58.631,6	67.536,5
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>55,9</b>	<b>15,9</b>	<b>549,4</b>	<b>518,4</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>139,2</b>	<b>117,5</b>	<b>1.300,5</b>	<b>1.554,7</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>5.793,1</b>	<b>1.394,5</b>	<b>52.130,8</b>	<b>56.975,1</b>
V.1. Tesouro Nacional	8.956,3	4.433,0	77.709,8	87.897,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.137,4	-3.027,3	-25.381,9	-30.662,2
V.3. Banco Central (4)	-25,8	-11,1	-197,2	-260,4
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,25%</b>	<b>3,22%</b>

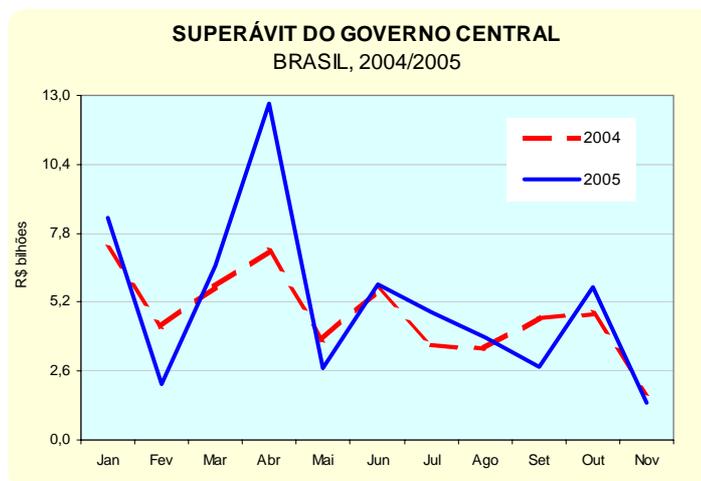
(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.  
 (1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.  
 (2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.  
 (3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.  
 (4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	23,19%	24,46%
Transferências	3,81%	4,22%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,38%</b>	<b>20,24%</b>
Despesa Total	16,13%	17,02%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,25%</b>	<b>3,22%</b>

*Na esteira do crescimento da lucratividade das empresas, a receita do governo central aumentou em 2005 (1,27 ponto percentual do PIB), não obstante a inexistência de medidas para majoração de alíquotas ou ampliação da base de arrecadação.*

No ano, o resultado do governo central segue o comportamento de 2004, no qual observou-se trajetória de redução do superávit a partir do segundo semestre (gráfico abaixo). Com efeito, até novembro de 2005, o resultado acumulado (3,22% do PIB) praticamente coincide com o obtido em igual período do ano anterior (3,25% do PIB). Destaca-se, em 2005, o crescimento da arrecadação dos impostos vinculados à lucratividade das empresas (CSLL e IRPJ) e aqueles vinculados à exploração dos recursos minerais, especialmente petróleo, com o efeito adicional da elevação do preço do *brent* no mercado internacional. Em conjunto, esses três tributos respondem por cerca de 60% do aumento da arrecadação deste ano, já que parcela significativa dos tributos tem apresentado arrecadação praticamente estável como proporção do PIB. A arrecadação do IPI aumentou apenas 0,05 ponto percentual do PIB e a da Cofins apenas 0,03 ponto percentual. Em suma, o aumento da receita do governo central deu-se apesar de não ter sido incluída nova medida de majoração de alíquotas ou ampliação da base de arrecadação, refletindo apenas a evolução do ciclo econômico e melhoras no processo de arrecadação.

*No ano, o resultado do governo central converge para o atingimento das metas estabelecidas na LDO, seguindo o comportamento de 2004, no qual observou-se redução do superávit a partir do segundo semestre.*



TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,87%	3,17%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,25%	0,22%
Lei Complementar nº 115/2002	0,07%	0,10%
Demais	0,63%	0,72%
<b>Total</b>	<b>3,81%</b>	<b>4,22%</b>

As transferências a estados e municípios cresceram 22,0% até novembro, relativamente a igual período de 2004 (10,8% acima do crescimento do PIB). Esse resultado excepcional decorre, em boa medida, do comportamento das receitas partilhadas, em especial do imposto de renda. Ademais, houve incremento significativo no repasse da CIDE (aumento de R\$ 692,4 milhões) e na transferência da cota-parte de compensações financeiras (aumento de R\$ 2,1 bilhões). Com isso, até novembro, as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 13,5 bilhões, cerca de 0,41 ponto percentual do PIB.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 15,9%, em termos nominais, acompanhando o comportamento das receitas. Os gastos de custeio e capital, embora abaixo do volume total de recursos liberados pelo Tesouro este ano, respondem por boa parte desse crescimento (R\$ 93,9 bilhões no acumulado de janeiro a novembro de 2005 ante R\$ 77,8 bilhões em igual período de 2004). Entre as despesas que mais cresceram, destacam-se os subsídios e as subvenções econômicas para agricultura, em especial: i) políticas de sustentação dos preços e aquisição de produtos (aumento de R\$ 721,8 milhões); ii) subsídios relativos à dívida agrícola securitizada (aumento de R\$ 757,7 milhões); e iii) gastos do PESA, decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de parte daquela dívida (aumento de R\$ 797,5 milhões). Ademais, foi efetuada reestruturação de passivo com a capitalização da Emgea no valor de R\$ 1,2 bilhão, sem correspondência em anos anteriores. Além disso, merece destaque o aumento dos gastos com reforma agrária, particularmente por meio da emissão de TDA e da execução das despesas do Fundo da Terra, que, em conjunto, cresceram R\$ 568,4 milhões este ano (64,3%).

As despesas com benefícios assistenciais ao encargo do Tesouro cresceram significativamente este ano devido, em grande parte, à elevação real do salário-mínimo. Destacam-se as decorrentes da LOAS e RMV, as quais cresceram 22,9%, totalizando R\$ 8,4 bilhões no ano, e as decorrentes de abono salarial e seguro-desemprego (FAT), que cresceram 24,9%, totalizando R\$ 11,0 bilhões. No caso das despesas com LOAS, houve, além do salário-mínimo, efeitos da mudança na regra de cálculo da renda *per capita* para percepção do benefício e da redução da idade mínima após a entrada em vigor do estatuto do idoso em 2003. E, no caso, das despesas do FAT, efeito do crescimento do número de empregos formais gerados desde 2004. O aumento dos empregos formais amplia o contingente de beneficiários, especialmente do abono salarial, uma vez parte dos empregos criados encontra-se na faixa de renda passível de recebimento do benefício.

O crescimento da folha de pagamento da União no acumulado até novembro foi de R\$ 8,0 bilhões (10,9%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da concessão de reajustes diferenciados para algumas carreiras estratégicas para o setor público federal, e da admissão de novos servidores. Destaca-se que, sem que isto implique impacto na projeção de despesa anual, parte da despesa de pessoal de 2005 foi reclassificada entre fevereiro e outubro, em linha com a perspectiva de aprimoramento da apuração mensal do resultado do Tesouro Nacional. Passou-se a incorporar, em cada mês, a parcela da CPSS do funcionário público que estaria sendo apropriada no final do ano, permitindo-se a adequada comparação com as despesas do ano de 2004. Com isso, a folha de pagamento da União atinge até novembro 4,60% do PIB (R\$ 81,3 bilhões),

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,57%</b>	<b>4,60%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,85%</b>	<b>5,31%</b>
Despesas do FAT	0,55%	0,62%
Subsídios e Subvenções /1	0,22%	0,39%
LOAS/RMV	0,43%	0,48%
Outras	3,65%	3,82%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

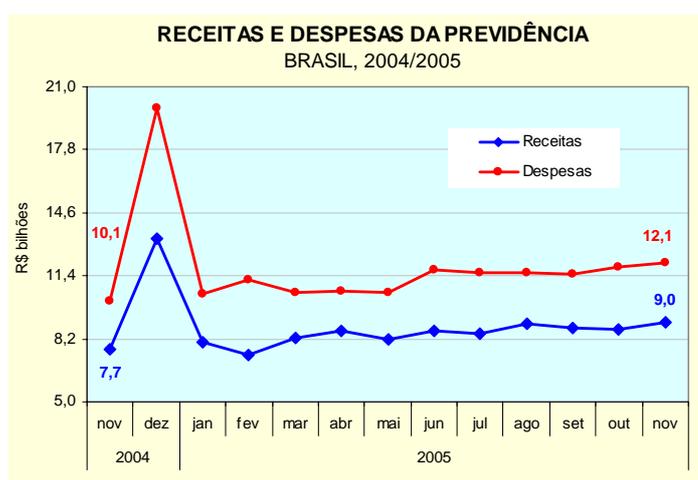
/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

*O aumento dos gastos com custeio e capital se deve, em boa medida, a dois grupos de despesas: i) subsídios e subvenções econômicas, incluindo o programa de reforma agrária; e ii) benefícios assistenciais (LOAS, abono e seguro-desemprego).*

praticamente igual, em proporção do PIB, ao registrado em igual período do ano anterior, e consistente com o gasto esperado para este ano. As últimas estimativas (Decreto 5.610/2005) indicam que a folha da União deve atingir o montante de R\$ 94,2 bilhões, valor que seria 12,6% superior ao despendido no ano passado, e representaria crescimento real de 7,1% sobre a meta de IPCA (5,1%). Estas estimativas não são alteradas pela incorporação mensal das referidas contribuições.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	80,4	92,9	15,5%
Benefícios	105,8	123,6	16,8%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-25,4</b>	<b>-30,7</b>	<b>20,8%</b>

O déficit da Previdência somou R\$ 30,7 bilhões, 20,8% acima do déficit obtido em igual período de 2004. Em relação ao PIB, cresceu para 1,73% do PIB, contra 1,58% até novembro de 2004. A receita de contribuições aumentou R\$ 12,5 bilhões (15,5%) em termos nominais, compatível com o desempenho positivo do mercado de trabalho nos últimos dois anos. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram em ritmo mais acelerado, registrando aumento de R\$ 16,1 bilhões (20,7%). Esse comportamento está associado ao aumento de 7,6% no valor médio dos benefícios pagos, e à quantidade média mensal de benefícios pagos, 1,1 milhão acima do verificado em igual período de 2004. Com esses resultados, o déficit da Previdência Social demonstra crescimento em ritmo superior ao do PIB nominal (20,8%, ante estimativa de variação do PIB em 10,2%). As últimas estimativas (Decreto 5.610/2005) indicam um déficit projetado para o ano de R\$ 38,6 bilhões, contra a estimativa de R\$ 37,8 no decreto 5.379/2005, publicado em fevereiro.



### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 31,7 bilhões em novembro, sendo R\$ 2,7 bilhões (7,7%) inferior ao montante verificado no mês anterior. O principal fator que explica essa redução é a arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, que registrou queda de R\$ 2,0 bilhões, passando de R\$ 2,8 bilhões em outubro para

R\$ 730,0 milhões em novembro. Essa queda é consequência da sazonalidade no recolhimento da participação especial da cota-parte, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

Adicionalmente, os impostos e contribuições apresentaram redução de R\$ 592,2 milhões, resultado, basicamente, dos seguintes fatores: i) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL em outubro, o que contribuiu para os decréscimos verificados na arrecadação da CSLL (R\$ 1,0 bilhão inferior) e do Imposto de Renda (R\$ 617,9 milhões inferior); ii) incremento de R\$ 526,8 milhões na arrecadação da CPMF; iii) ligeira elevação da arrecadação da Cofins (R\$ 174,0 milhões).

Dentre as demais receitas, além da rubrica cota-parte de compensação financeira, destacam-se a elevação de R\$ 130,5 milhões referente à CPSS e a redução de R\$ 73,9 milhões na receita diretamente arrecadada.

De janeiro a novembro de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 351,4 bilhões (19,9% do PIB) contra R\$ 303,7 bilhões (18,9% do PIB) em igual período de 2004. O crescimento de 15,7% em termos nominais (0,94 ponto percentual do PIB) é eminentemente cíclico, refletindo o desempenho da arrecadação de tributos como a CSLL (+30,1%) e o IRPJ (+32,0%), associados ao aumento do lucro das empresas. A CSLL e o Imposto de Renda respondem juntos por 72% do aumento da arrecadação como proporção do PIB. Ressalte-se que a arrecadação da CSLL e do IRPJ vem crescendo de forma consistente ao longo do ano, com destaque para os seguintes setores: extração de minerais metálicos (352,3%), telecomunicações (113,9%), combustíveis (66,7%), eletricidade (43,0%), metalurgia básica (38,5%) e comércio atacadista (19,0%), reflexo, principalmente, do efeito defasado entre reajustes de tarifa e inflação corrente, do preço de certas matérias primas, e do aumento da renda do trabalho. O pequeno incremento da arrecadação do IPI e da COFINS como proporção do PIB, apesar das medidas de desoneração tomadas em relação aos dois tributos, também se explica pelo nível mais alto de atividade em 2005.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,7 bilhões até novembro, contra R\$ 33,0 bilhões em igual período do ano anterior. Do aumento total de R\$ 6,7 bilhões, R\$ 2,9 bilhões refere-se à rubrica “Cota-Parte de Compensações Financeiras” pela exploração de petróleo e gás natural. O acréscimo no volume de arrecadação dessa rubrica reflete os elevados níveis dos preços internacionais do petróleo e o aumento do volume de produção. A receita diretamente arrecadada e a CPSS apresentaram incrementos de R\$ 2,0 bilhões e

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
<b>Impostos</b>	<b>13.925,0</b>	<b>13.609,0</b>
Imposto de Renda	10.412,0	9.794,1
IPI	2.258,2	2.436,0
Outros	1.254,8	1.378,9
<b>Contribuições</b>	<b>15.728,2</b>	<b>15.452,0</b>
Cofins	7.439,3	7.613,4
CPMF	2.214,7	2.741,6
CSLL	2.902,2	1.901,1
Cide - Combustíveis	627,6	638,1
Outras	2.544,3	2.557,89
<b>Demais</b>	<b>4.690,6</b>	<b>2.625,2</b>
Cota parte	2.769,5	730,0
Diretamente Arrecadada	924,1	850,2
Dividendos da União	30,9	9,8
Pagamento Unificado <sup>2</sup>	259,1	197,2
Outras	706,9	837,9
<b>Total Bruto</b>	<b>34.343,8</b>	<b>31.686,2</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e reflexos foram distribuídos nos respectivos tributos.

<sup>2</sup> Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Impostos</b>	<b>7,78%</b>	<b>8,29%</b>
Imposto de Renda	5,65%	6,14%
IPI	1,29%	1,34%
Outros	0,84%	0,80%
<b>Contribuições</b>	<b>9,09%</b>	<b>9,34%</b>
Cofins	4,49%	4,52%
CPMF	1,46%	1,50%
CSLL	1,16%	1,37%
Cide - Combustíveis	0,44%	0,40%
Outras	1,53%	1,55%
<b>Demais</b>	<b>2,05%</b>	<b>2,25%</b>
Cota parte	0,72%	0,82%
Diretamente Arrecadada	0,57%	0,63%
Dividendos da União	0,21%	0,23%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,40%	0,41%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,93%</b>	<b>19,87%</b>

<sup>1</sup> Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. Por último, o recolhimento dos dividendos pagos ao Tesouro Nacional foi R\$ 716,4 milhões superior (21,5%) ao registrado no acumulado do mesmo período de 2004, reflexo da elevação na lucratividade das empresas nas quais a União mantém participação acionária.

## Transferências a Estados e Municípios

Em novembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,2 bilhões, contra R\$ 6,3 bilhões em outubro, apresentando variação de R\$ 1,9 bilhão (29,8%). As transferências constitucionais para FPE e FPM se elevaram em 20,9%, refletindo o aumento no montante de recursos arrecadados no terceiro decêndio de outubro – repassados no primeiro decêndio de novembro – e a redução no volume de restituições.

Em relação às demais transferências destaca-se, no mês, o incremento de *royalties* pela produção de petróleo e gás (acréscimo de R\$ 990,6 milhões em relação a outubro) e a elevação dos repasses referentes ao salário educação (R\$ 425,3 milhões em novembro contra R\$ 162,0 milhões em outubro. O aumento no montante de *royalties* se justifica pelo recolhimento da cota trimestral de participação especial na exploração de petróleo e gás natural, ao passo que a elevação no salário educação é reflexo da sazonalidade bimestral desse repasse (a parcela de responsabilidade do FNDE é repassada bimestralmente). As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 mantiveram-se praticamente estáveis, no montante de R\$ 366,6 milhões.

De janeiro a novembro de 2005, as transferências a estados e municípios aumentaram 22,0% em relação a 2004, perfazendo um total de R\$ 74,7 bilhões. Os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 13,5 bilhões são: i) aumento de R\$ 10,1 bilhões nas transferências para os fundos constitucionais, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 2,1 bilhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção e dos elevados preços do petróleo no mercado internacional; e iii) incremento de R\$ 692,4 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis, em virtude da não ocorrência de transferência no primeiro trimestre de 2004 (Lei nº 10.866/2004).

No mês de novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,0 bilhões, enquanto no mês anterior somaram R\$ 17,3 bilhões. O acréscimo de R\$ 670,2 milhões (3,9%) pode ser explicado, principalmente, pelo aumento nos gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 1,2 bilhão),

### BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)

Decêndio	R\$ milhões	
	OUT	NOV
Terceiro Decêndio	6.360,6	7.402,1
Primeiro Decêndio	1.004,5	2.398,9
Segundo Decêndio	2.772,5	2.453,5
<b>Total</b>	<b>10.137,6</b>	<b>12.254,5</b>

### TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,87%	3,17%
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	0,07%	0,10%
Lei Complementar nº 115/2002	0,25%	0,22%
Demais	0,63%	0,72%
<b>Total</b>	<b>3,81%</b>	<b>4,22%</b>

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

compensado, em parte, pela diminuição nas despesas de custeio e capital (R\$ 541,2 milhões). Registre-se que a redução das despesas de custeio e capital decorreu da queda verificada no volume de dispêndios com subsídios e subvenções (R\$ 1,1 bilhão), não obstante ter-se observado aumento das despesas do FAT (R\$ 119,8 milhões) e das outras despesas de custeio e capital (R\$ 429,6 milhões).

O incremento dos dispêndios com pessoal e encargos sociais decorreu dos seguintes fatores: i) pagamento da Gratificação Natalina (13<sup>o</sup> salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário; ii) recolhimento total dos encargos incidentes (IR e CPSS) sobre a gratificação dos servidores públicos federais; iii) pagamento da primeira parcela do abono dos militares das Forças Armadas, conforme Medida Provisória n<sup>o</sup> 263, de 20/10/2005; e iv) pagamento de passivos administrativos a servidores públicos federais, de acordo com a Portaria Conjunta n<sup>o</sup> 1 SRH/SOF, publicada no Diário Oficial da União de 29/09/2005.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 437,4 milhões, contra R\$ 1,5 bilhão no mês anterior. Tal redução está associada, principalmente à variação das seguintes rubricas: i) pagamento de R\$ 884,4 milhões no mês de outubro, referente à securitização da dívida agrícola (sem correspondente valor no mês novembro), em função da apropriação do subsídio com base nas Leis n<sup>os</sup> 9.138/1995, 9.866/1999 e 10.437/2002; ii) redução de R\$ 100,8 milhões nas despesas com compras de produtos agrícolas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF); e iii) queda de R\$ 90,4 milhões nos dispêndios do Programa de Subsídios à Habitação (PSH), em decorrência da despesa realizada em outubro, sem correspondente valor no mês de novembro.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 175,7 bilhões (equivalentes a 9,95% do PIB), sendo 15,9% superior ao valor observado em idêntico período do ano anterior (ou aumento de 0,50 ponto percentual do PIB). Esse resultado decorre, principalmente, do acréscimo em alguns itens da despesa de custeio e capital, destacando-se os gastos com subsídios e subvenções econômicas (inclusive reordenamento de passivos), os quais passaram de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 7,0 bilhões.

Até novembro, as despesas de pessoal e encargos sociais totalizam R\$ 81,3 bilhões, elevando-se em R\$ 8,0 bilhões, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, e equivalendo a um aumento, em relação ao PIB, de 0,03 ponto percentual. O incremento de 10,9% em tais despesas se explica

*Em novembro, a variação nos dispêndios do Tesouro Nacional deveu-se, principalmente, ao aumento sazonal das despesas de pessoal e encargos sociais.*

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>6.858,8</b>	<b>8.110,2</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>10.425,5</b>	<b>9.884,3</b>
Despesas do FAT	1.081,0	1.200,8
Subsídios e Subvenções /1	1.531,4	437,4
LOAS/RMV	837,5	840,9
Outras	6.975,6	7.405,2
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>55,9</b>	<b>15,9</b>

**Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,57%</b>	<b>4,60%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,85%</b>	<b>5,31%</b>
Despesas do FAT	0,55%	0,62%
Subsídios e Subvenções /1	0,22%	0,39%
LOAS/RMV	0,43%	0,48%
Outras	3,65%	3,82%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

*Até novembro de 2005, as despesas do FAT, atingiram o montante de R\$ 11,0 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,2 bilhões, em a relação à igual período de 2004.*

principalmente pelo crescimento vegetativo da folha salarial, pela concessão de reajustes diferenciados para algumas carreiras estratégicas para o setor público federal, e pela admissão de novos servidores.

As despesas do FAT atingiram R\$ 11,0 bilhões no acumulado de 2005, com acréscimo de R\$ 2,2 bilhões (24,9%) em relação ao mesmo período de 2004, refletindo o impacto do aumento do salário mínimo sobre os gastos com seguro desemprego e, no caso do abono salarial, também a elevação do emprego formal em 2004, com conseqüente expansão dos beneficiários pagos neste exercício.

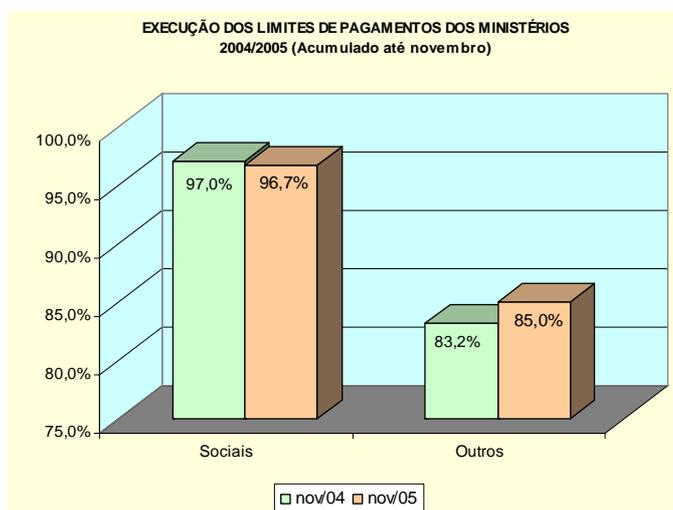
No período de janeiro a novembro, dentre os gastos com subsídios e subvenções econômicas destacam-se: i) gastos com o Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), para compra de produtos agrícolas, com aumento de R\$ 536,7 milhões; ii) despesas com compras de produtos contemplados pelo Programa de Sustentação de Preços Mínimos, principalmente algodão, milho e trigo, com elevação de R\$ 184,2 milhões nas; iii) gastos do PESA, decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de débitos em atraso do setor agrícola, verificando-se crescimento de R\$ 797,5 milhões; iv) apropriação dos subsídios relativos a securitização agrícola, com acréscimo de R\$ 757,7 milhões; e v) despesa referente à capitalização da Emgea no montante de R\$ 1,2 bilhão, sem correspondência em 2004.

As despesas eminentemente de caráter social com LOAS e RMV perfizeram até novembro R\$ 8,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,6 bilhão em relação ao período de 2004. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo deste ano e, especificamente no caso da LOAS, pela redução da idade mínima e mudança na regra de cálculo da renda *per capita* para percepção do benefício, a partir da entrada em vigor do estatuto do idoso em 2004.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
<b>Agricultura</b>	<b>1.707,5</b>	<b>3.945,5</b>
Custeio Agropecuário	103,3	150,1
Investimento Rural	325,4	267,3
Preços Agrícolas	80,1	801,9
- EGF	5,3	6,2
- AGF	70,4	607,1
- Sustentação de preços	4,4	188,6
Pronaf	841,6	594,5
Pesa	36,2	833,7
Cacau	1,1	0,0
Securitização	132,7	890,4
Fundo da Terra/Incra	187,1	407,6
<b>Outros</b>	<b>755,6</b>	<b>685,1</b>
Habitação (PSH)	360,3	256,6
FND	(19,9)	-113,3
Exportação (Proex)	415,2	541,7
<b>Total</b>	<b>2.463,1</b>	<b>4.630,6</b>

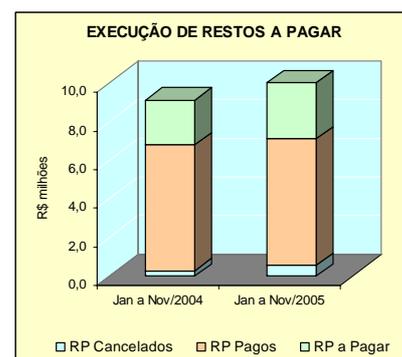
/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

*No ano, os gastos sociais com LOAS e RMV somam R\$ 8,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,6 bilhão em relação a 2004.*



Até novembro, o percentual de execução dos limites de pagamento constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizado pelos Ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Promoção Social) foi bastante próximo do observado em 2004, tendo alcançado 96,7%, contra 97,0% do ano anterior. Em relação aos demais ministérios, a dinâmica de execução de limites de pagamentos foi maior, por razões específicas de cada órgão, tendo alcançado o percentual de 85,0% em 2005 contra 83,2% no ano anterior.

No que se refere à execução de Restos a Pagar (RP), foi pago, até novembro, o montante de R\$ 6,5 bilhões, correspondentes a 60,7% do total inscrito (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do total de RP pagos, os investimentos representam R\$ 3,1 bilhões (47,4%), sendo que R\$ 725,4 milhões (23,3%) executados pelo Ministério dos Transportes, R\$ 662,7 milhões (21,3%) pelo Ministério da Saúde, R\$ 330,8 milhões (10,7%) pelo Ministério da Defesa e R\$ 317,2 milhões (10,2%) pelo Ministério das Cidades.



### **Boxe 1 – Governo Federal amplia limite de despesa no montante de R\$ 2,0 bilhões**

Com a publicação do Decreto nº 5.610, em 12/12/2005, o Governo ampliou em R\$ 2.016,1 milhões os limites de pagamentos de custeio e investimentos. Essa ampliação está baseada na apuração de arrecadação verificada em novembro e na expectativa de realização para o mês de dezembro, a qual projeta incremento nas receitas primárias do Governo Central (exceto os referentes ao Regime Geral de Previdência Social), líquidas de transferências a Estados e Municípios, de R\$ 2,4 bilhões em relação àquela elaborada por ocasião do Decreto nº 5.578, de 8/11/2005. Tal acréscimo decorre de recolhimentos extraordinários, principalmente, do Imposto sobre a Renda (R\$ 1,8 bilhão), do IPI (R\$ 373,6 milhões) e da Cofins (R\$ 277,3 milhões).

Do lado das despesas obrigatórias, procedeu-se também a nova estimativa com base na execução de novembro, observando-se acréscimo de R\$ 345,7 milhões, com destaque para os gastos com abono e seguro-desemprego, transferências a título de auxílio financeiro aos entes federados, benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e despesas autorizadas por meio de créditos extraordinários.

Em relação ao último Decreto foi mantida a expectativa de déficit do INSS em R\$ 38,6 milhões, bem como do valor nominal da meta de resultado primário do Governo Federal em R\$ 61,3 bilhões (3,15% do PIB). Para o Governo Central a meta nominal está estabelecida em R\$ 46,3 bilhões (2,38% do PIB) e para as Estatais Federais, em R\$ 15,0 bilhões (0,77% do PIB).

A distribuição da ampliação do limite de despesa entre os poderes e o Ministério Público da União (MPU) é efetuada proporcionalmente à participação de cada um na base contingenciável total, calculada segundo o § 2º do art. 72 da LDO-2005, cabendo aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU, respectivamente, os seguintes montantes, R\$ 1.981,5 milhões, R\$ 5,5 milhões, R\$ 25,1 milhões e R\$ 4,0 milhões.

## Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 3,0 bilhões em novembro, 3,5% inferior ao mês anterior. A arrecadação líquida atingiu R\$ 9,0 bilhões no mês, R\$ 345,0 milhões acima da registrada no mês anterior, devido principalmente ao comportamento favorável do mercado de trabalho formal. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 12,1 bilhões, superior em R\$ 110,0 milhões à verificada em outubro.

*Em novembro, o déficit primário da Previdência Social foi de R\$ 3,0 bilhões. No acumulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 30,7 bilhões, equivalente a 1,73% do PIB do período.*

### Boxe 2 – Rais 2004

Na segunda semana de dezembro, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) referentes ao ano de 2004.

Segundo os dados divulgados, no ano de 2004 houve geração de 1,86 milhão de empregos, sendo 1,7 milhão de celetistas e 149,0 mil de estatutários, representando crescimento de 6,3% do número de empregados com vínculo formal em relação à 2003. Em termos absolutos, esse foi o melhor resultado da série histórica da Rais, iniciada em 1985 e, em termos relativos, constitui a segunda maior taxa de crescimento nesse período. A massa de rendimentos dos salários pagos cresceu 7,6%, em decorrência principalmente da elevação do emprego.

#### RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

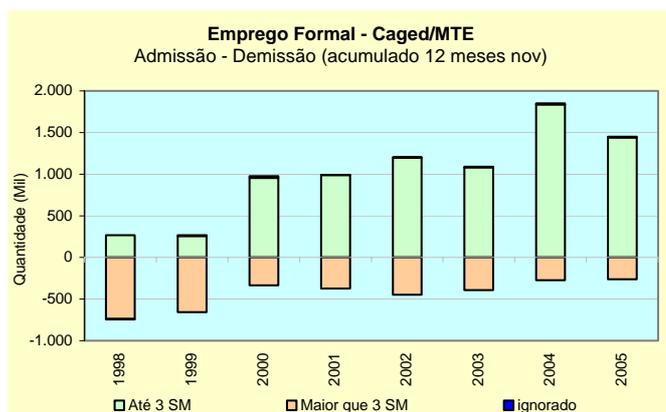
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,01%	5,26%
Benefícios	6,60%	6,99%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,58%</b>	<b>-1,73%</b>

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT 2005	NOV 2005	JAN-NOV 2004 2005	
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>8.699,0</b>	<b>9.044,1</b>	<b>80.446,7</b>	<b>92.947,5</b>
Arrecadação Bruta	9.406,6	9.764,6	87.529,2	100.357,6
- Contribuição Previdenciária	8.778,5	8.968,4	81.088,9	93.479,8
- Simples	448,1	534,5	3.901,2	4.543,3
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,1
- CFT	49,0	52,4	671,2	559,1
- Depósitos Judiciais	86,2	172,6	1.347,4	1.299,0
- Refis	30,0	25,6	342,3	318,5
- Outras Receitas	14,9	11,1	177,8	157,9
(-) Restituição/Devolução	-17,2	-22,0	-372,0	-440,2
(-) Transferências a Terceiros	-690,3	-698,5	-6.710,6	-6.969,9
<b>II. BENEFÍCIOS</b>	<b>11.836,4</b>	<b>12.071,4</b>	<b>105.828,5</b>	<b>123.609,6</b>
Benefícios Previdenciários	11.836,4	12.071,4	105.828,5	123.609,6
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.137,4</b>	<b>-3.027,3</b>	<b>-25.381,9</b>	<b>-30.662,2</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,58%</b>	<b>-1,73%</b>

A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 12,1 bilhões, representando incremento de 2,0% frente ao pagamento de benefícios do mês anterior. Essa elevação deveu-se, principalmente, ao aumento da despesa com precatórios de benefícios, que passou de R\$ 258,3 milhões em outubro para R\$ 411,4 milhões em novembro.

Até o mês de novembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 92,9 bilhões, sendo 15,5% superior à registrada em igual período de 2004. Essa arrecadação correspondeu a 5,26% do PIB no acumulado de 2005, apresentando aumento de 0,24 ponto percentual em relação a 2004. O comportamento da receita previdenciária é compatível com o desempenho observado no mercado de trabalho. Segundo os dados do Caged, nos 12 meses acumulados até novembro foram criados 1,2 milhão de novas vagas no mercado formal de emprego, refletindo continuado crescimento na geração de empregos com renda até três salários mínimos e uma diminuição das baixas registradas nos postos com remuneração acima de três salários mínimos.



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 123,6 bilhões no acumulado de 2005, representando elevação de 16,8% em relação ao mesmo período de 2004, refletindo o aumento de 7,6% no valor médio dos benefícios pagos e incremento de 1,1 milhão na quantidade média mensal, o que significa crescimento de 4,8% no total de benefícios.

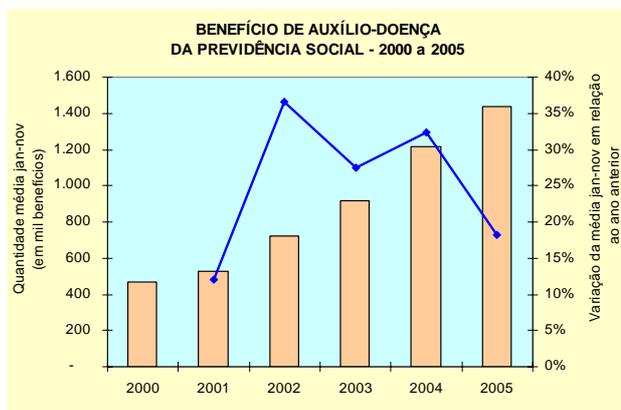
**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA  
BRASIL, MÉDIA JAN-NOV**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,4	23,5	4,8%
Valor médio**	470,7	506,5	7,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

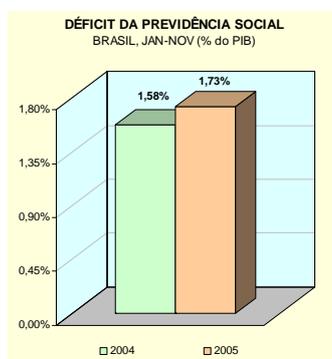
No mês de novembro foram emitidos 23,9 milhões de benefícios, representando um crescimento de 0,12% em relação ao mês anterior. O benefício que apresentou maior variação em relação a outubro foi o amparo assistencial (LOAS), com crescimento de 0,90% (20,1 mil benefícios).

Na comparação da média de janeiro a novembro de 2005 em relação à média do mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 455,5 mil aposentadorias (3,7%), de 221,9 mil benefícios de auxílio-doença (18,3%), de 150,2 mil pensões por morte (2,7%) e de 280,0 mil na quantidade de LOAS (14,9%). Essa evolução apresenta de interessante uma desaceleração no ritmo de concessão do auxílio-doença que, apesar de ainda muito recente para se poder extrair maiores inferências, é menor que o ritmo de aproximadamente 30% que vinha sendo observado nos últimos três anos.

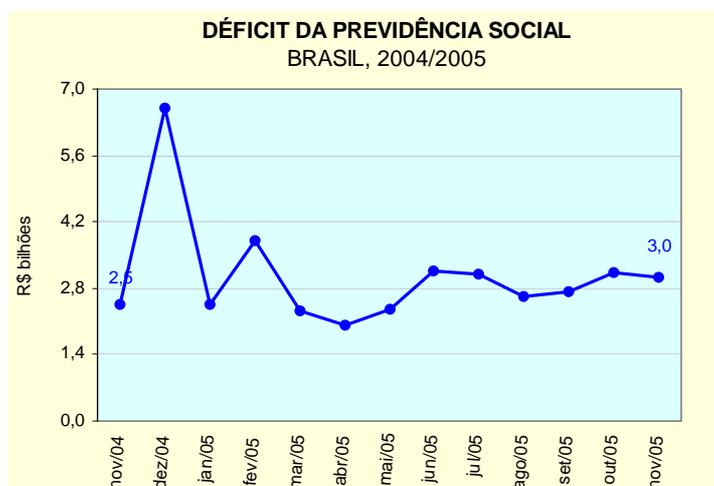


**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

	Em mil benefícios			
	OUT	NOV	MÉDIA JAN-NOV	
	2005	2005	2004	2005
<b>TOTAL</b>	<b>23.878</b>	<b>23.906</b>	<b>22.418</b>	<b>23.489</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.347</b>	<b>20.362</b>	<b>19.186</b>	<b>20.016</b>
Aposentadorias	12.978	13.002	12.356	12.811
Idade	6.631	6.651	6.296	6.555
Invalidez	2.643	2.656	2.456	2.588
Tempo de contribuição	3.704	3.695	3.603	3.668
Pensão por morte	5.765	5.761	5.548	5.698
Auxílio-Doença	1.533	1.528	1.215	1.437
Salário - maternidade	40	40	43	41
Outros	31	31	24	29
<b>Acidentários</b>	<b>763</b>	<b>760</b>	<b>745</b>	<b>757</b>
Aposentadorias	143	143	133	140
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	133	130	124	130
Auxílio - acidente	267	268	266	267
Auxílio - suplementar	89	89	93	90
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.759</b>	<b>2.774</b>	<b>2.482</b>	<b>2.706</b>
Amparos Assistenciais - LOAS	2.235	2.255	1.884	2.164
Idoso	1.041	1.053	811	997
Portador de deficiência	1.194	1.202	1.073	1.167
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	507	503	581	525
Idade	161	160	194	169
Invalidez	345	343	386	356



No acumulado de 2005, o RGPS registrou déficit primário de R\$ 30,7 bilhões, 20,8% acima do déficit registrado no mesmo período de 2004 – equivalente a um crescimento de 9,6% acima do PIB. Essa dinâmica se explica pelo aumento das despesas como proporção do PIB em 0,39 ponto percentual, compensado parcialmente pela elevação de receitas, que se limitou a 0,24 ponto percentual.



Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 510,6 bilhões, o equivalente a 26,5% do PIB, refletindo, em grande medida, às emissões líquidas de títulos prefixados. Com essas emissões, tais títulos tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 2,31 pontos percentuais, alcançando 27,09% do estoque total da dívida mobiliária interna. O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público reduziu-se em 1,25 ponto percentual, reflexo da apreciação cambial no mês e da redução das taxas nominais dos principais indexadores da dívida mobiliária. A vida média da DPMFi ficou em 39,93 meses, e em 27,28 meses pela metodologia tradicional de prazo médio. O saldo em moeda nacional da dívida externa líquida apresentou decréscimo de R\$ 3,0 bilhões, o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, devido, basicamente, à apreciação cambial em novembro.

### **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 510,6 bilhões, equivalente a 26,5% do PIB acumulado nos últimos doze meses, superior em 1,0 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais essa elevação foi de R\$ 22,8 bilhões, determinada pelo crescimento de R\$ 25,8 bilhões da parcela interna da dívida líquida, ao passo que o componente externo reduziu-se em R\$ 3,0 bilhões.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	NOV	OUT	NOV
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>182.623</b>	<b>321.487</b>	<b>347.314</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	773.745	930.356	956.421
Dívida Contratual da STN	-441.676	-449.397	-447.642
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-149.447	-159.472	-161.465
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>205.425</b>	<b>166.318</b>	<b>163.277</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	162.942	136.990	134.926
Títulos Depositados em Garantia	-3.656	-3.255	-3.211
Dívida Contratual	46.555	32.932	32.017
Disponibilidades	-416	-349	-455
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>388.049</b>	<b>487.805</b>	<b>510.592</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>22,3%</b>	<b>25,5%</b>	<b>26,5%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 510,6 bilhões em novembro, equivalente a 26,5% do PIB.*

## Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de novembro com saldo de R\$ 347,3 bilhões, equivalentes a 18,0% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse superior em 1,18 ponto percentual ao observado no mês anterior. Contribuíram para essa variação as emissões líquidas dos títulos da DPMFi, em R\$ 13,7 bilhões, além da apropriação por competência dos juros nominais.

*Em novembro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 347,3 bilhões.*

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	
	NOV	OUT	NOV
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>182.623</b>	<b>321.487</b>	<b>347.314</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>773.745</b>	<b>930.356</b>	<b>956.421</b>
LFT	442.979	516.797	505.984
LTN	144.909	220.973	248.998
NTN-B	25.787	42.426	50.600
NTN-C	77.963	75.262	76.183
NTN-D	14.881	4.912	4.865
Demais	45.843	46.381	46.556
Dívida Securitizada	18.900	20.307	19.797
TDA	2.484	3.297	3.437
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-591.122</b>	<b>-608.869</b>	<b>-609.107</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-441.676	-449.397	-447.642
Dívida Bancária	25.371	24.874	24.840
Lei nº 7.976/89	-8.191	-6.091	-5.782
Lei nº 8.727/93	-48.042	-47.817	-47.819
Lei nº 9.496/97	-239.836	-247.733	-249.789
Renegociação Dívida Municipais	-35.497	-37.533	-37.872
Demais Haveres da STN	-135.480	-135.098	-131.220
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-149.447	-159.472	-161.465
FAT	-103.146	-113.568	-114.880
Demais Entidades	-46.300	-45.904	-46.585
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>44,4%</b>	<b>48,7%</b>	<b>49,5%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-33,9%</b>	<b>-31,8%</b>	<b>-31,6%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-25,3%</b>	<b>-23,5%</b>	<b>-23,2%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>10,5%</b>	<b>16,8%</b>	<b>18,0%</b>

## Emissões e Resgates

Em novembro, as emissões totais da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, corresponderam a R\$ 43,1 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 29,4 bilhões, resultando na emissão líquida de títulos de R\$ 13,7 bilhões.

*No mês de novembro, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 13,7 bilhões.*

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 41,7 bilhões, sendo: i) R\$ 26,7 bilhões em LTN, com vencimentos em julho de 2006, abril de 2007 e janeiro de 2008; ii) R\$ 8,8 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008 e 2024; iii) R\$ 5,1 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R\$ 577,7 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012; e v) R\$ 512,0

milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2008, março de 2011, julho de 2017 e janeiro de 2031.

Em novembro, as emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1,3 bilhão, sendo as mais importantes: i) R\$ 700,5 milhões em LTN, para permuta por títulos da Dívida Agrícola; ii) R\$ 180,3 milhões em TDA, para indenizações de desapropriação para a reforma agrária; iii) R\$ 59,4 milhões em CFT-E1, para o FIES; e iv) R\$ 22,8 milhões em NTN-I, para o Proex.

**TABELA 6**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO**  
**NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, NOV/2005**

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>41.673,8</b>	<b>1.335,4</b>	<b>41,8</b>	<b>43.050,9</b>
LFT	5.111,5	0,0	9,9	5.121,4
LTN	26.669,9	700,5	23,3	27.393,7
NTN-B	8.802,7	0,0	5,7	8.808,3
NTN-C	512,0	308,5	1,2	821,8
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	577,7	0,0	1,7	579,4
TDA	0,0	180,3	0,0	180,3
Securitizada*	0,0	60,2	0,0	60,2
Demais	0,0	85,9	0,0	85,9
<b>II. RESGATES**</b>	<b>26.650,4</b>	<b>2.736,0</b>	<b>13,1</b>	<b>29.399,4</b>
LFT	22.030,7	1.020,5	2,9	23.054,1
LTN	2.531,0	0,0	5,3	2.536,3
NTN-B	1.111,3	392,7	1,2	1.505,2
NTN-C	815,6	0,0	3,1	818,7
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	161,7	0,0	0,6	162,3
TDA	0,0	66,9	0,0	66,9
Securitizada*	0,0	776,2	0,0	776,2
Demais	0,0	479,6	0,0	479,6
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>15.023,4</b>	<b>-1.400,6</b>	<b>28,7</b>	<b>13.651,5</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, no âmbito do Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 41,8 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 23,3 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2006, julho de 2006 e 2007, janeiro de 2007 e 2008 e abril de 2007; ii) R\$ 9,9 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009 e 2010; iii) R\$ 5,7 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 1,7 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008 e 2010; e v) R\$ 1,2 milhão em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em novembro, atingiu R\$ 29,4 bilhões, sendo R\$ 21,0 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 8,4 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,3

### Boxe 3 – Tesouro Direto

Em novembro, a venda de títulos públicos por meio do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 41,8 milhões. Em relação a novembro de 2004, verificou-se aumento de 43,2% nas vendas.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 55,8% do montante vendido, seguidas pelas LFT (23,7%).

Os volumes de vendas e de investidores cadastrados entre janeiro e novembro de 2005 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 576,6 milhões e 15.164 investidores. Isso representou aumento de 80,3% no volume de vendas e de 41,0% no número de investidores em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 47.960 pessoas.

bilhões em LFT, R\$ 513,0 milhões em NTN-B e R\$ 358,5 milhões em NTN-C, todos aceitos no leilão de NTN-B; ii) R\$ 2,5 bilhões em LFT, aceitas no leilão de troca de LFT; e iii) R\$ 509,3 milhões em LFT e R\$ 313,9 milhões em NTN-C, ambas aceitas no leilão de NTN-C.

#### **Boxe 4 – Títulos Indexados a Índices de Preços**

Em consonância com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado de títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de novembro, leilões de NTN-C, remuneradas pelo IGP-M e NTN-B, remuneradas pelo IPCA.

O montante emitido de NTN-C, em novembro, foi de R\$ 820,5 milhões. No leilão realizado nos dias 28 e 31 de outubro, com liquidação financeira no dia 1º de novembro de 2005, o total negociado foi de R\$ 308,5 milhões, sendo que foram recebidos apenas títulos em troca. Os títulos com vencimento em 2031 representaram 97,3% do total vendido, saindo à taxa de 8,49% a.a.. A taxa de venda observada para as NTN-C com vencimento em 2017, que representaram 2,7% do total, foi de 8,47% a.a..

No dia 31 de outubro, com liquidação financeira em 1º de novembro, também foi realizado leilão de troca de NTN-C sendo que o montante emitido nesta operação foi de R\$ 512,0 milhões, com vencimentos em abril de 2008 (R\$ 309,1 milhões) e março de 2011 (R\$ 202,9 milhões). Os títulos aceitos nesta oportunidade foram as LFT com vencimentos em novembro e dezembro de 2005 e as NTN-C com vencimento em dezembro de 2005.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em novembro foi de R\$ 8,8 bilhões. No leilão realizado nos dias 11 e 14 de novembro, com liquidação financeira no dia 16 de novembro de 2005, foram emitidos R\$ 3,5 bilhões. Desse montante 36,1% (R\$ 1,3 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 63,9% (R\$ 2,2 bilhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2009, representando 42,6% do total vendido e saindo à taxa de 11,45% a.a.. Os títulos com vencimento em 2007, 2008, 2015, 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 12,20% a.a., 11,70% a.a., 8,95% a.a., 8,98% a.a. e 9,08% a.a., respectivamente.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 22 e 23 de novembro com liquidação financeira em 24 de novembro. O montante vendido foi de R\$ 5,3 bilhões, sendo que 53,2% (R\$ 2,8 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 46,8% (R\$ 2,5 bilhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2007 foi o título mais demandado, saindo à taxa de 12,20% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2008 e 2009 foram vendidas às taxas de 11,65% a.a. e 11,40% a.a., respectivamente.

O montante de NTN-B vendido em novembro foi o maior desde o início de sua emissão em leilão, em janeiro de 2002, tendo sido equivalente a aproximadamente 4,8 vezes a média mensal observada de janeiro a outubro de 2005. Tal aumento de demanda pode ser atribuído aos eventos realizados junto aos investidores institucionais, nos quais houve a participação do Tesouro Nacional, visando apresentar as oportunidades que as NTN-B podem oferecer aos diversos segmentos de investidores, mas, principalmente, às entidades fechadas de previdência privada. Destaca-se também o ajuste das taxas de rendimento das NTN-B aos níveis de juros reais praticados pelos participantes do mercado financeiro.

Conforme o cronograma previsto para novembro, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 29 e 30 de novembro, com liquidação financeira em 1º de dezembro de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 596,0 milhões, sendo que 93,9% foram recebidos em troca por outros títulos e 6,1% recebidos em dinheiro.

## **Composição**

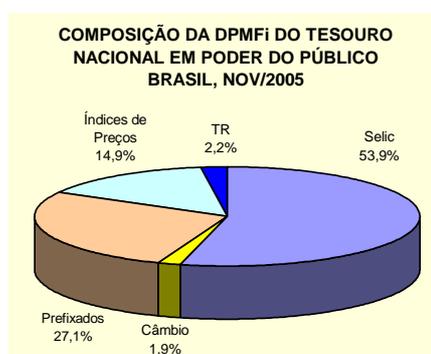
Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (2,31 ponto percentual) em função da emissão líquida de LTN no valor de R\$ 24,9 bilhões e redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 2,73 ponto percentual em

função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 17,9 bilhões. Destaca-se também que os títulos remunerados por índice de preços apresentaram aumento de 0,55 ponto percentual, devido a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 7,3 bilhões.

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\* BRASIL, 2004/2005** (%)

INDEXADOR	2004		2005
	NOV	OUT	NOV
Selic	59,01	56,66	53,93
Câmbio	4,10	2,02	1,92
Prefixados	19,11	24,78	27,09
Índices de Preços	15,93	14,31	14,86
TR	1,84	2,23	2,20

\* Não inclui dívida agrícola.



*Os títulos prefixados aumentaram sua participação na DPMFi em 2,31 pontos percentuais, ao passo que aqueles corrigidos pela Selic reduziram-se em 2,73 pontos percentuais.*

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução ao passar de 18,94% a.a., em outubro, para 17,69% a.a., em novembro, em função, principalmente, da apreciação do real frente ao dólar americano em relação ao mês anterior (variação de -2,10%, em novembro, contra 1,44%, em outubro), o que diminuiu o custo anual da NTN-D.

## Custo Médio

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2005** (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Nov	17,49
	Dez	17,37
2005	2004	17,17
	Jan	16,93
	Fev	17,34
	Mar	18,71
	Abr	18,20
	Mai	17,03
	Jun	16,74
	Jul	16,91
	Ago	16,51
	Set	16,64
	Out	18,74
Nov	18,55	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

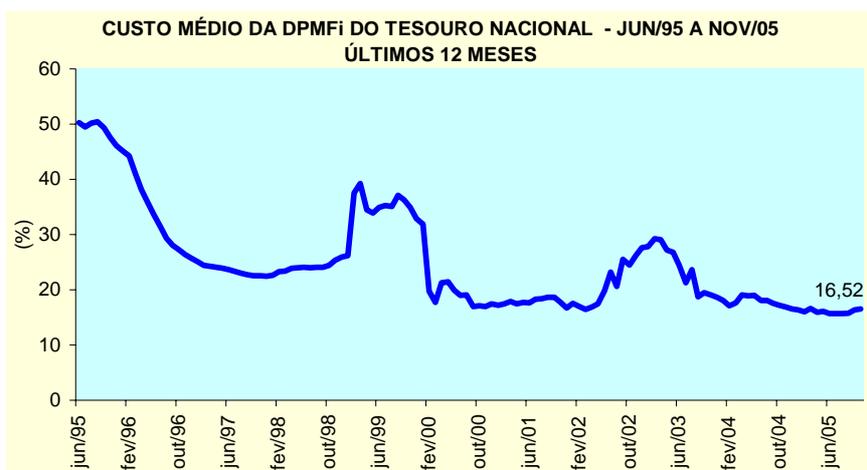
*O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se em 1,25 ponto percentual, em virtude da apreciação cambial e da menor variação dos principais indexadores.*

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 18,74% a.a., em outubro, para 18,55% a.a., em novembro, devido a menor variação dos seguintes indexadores: i) IGP-M (0,60%, em outubro, contra 0,40%, em novembro) diminuindo o custo anual da NTN-C em 2,97 pontos

percentuais; ii) do IPCA (0,75%, em outubro, contra 0,55%, em novembro), que reduziu o custo anual da NTN-B em 2,78 pontos percentuais; iii) da taxa Selic (1,41%, em outubro, contra 1,38%, em novembro), reduzindo o custo anual da LFT em 0,38 ponto percentual.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi, apresentou acréscimo, passando de 16,40% a.a., em outubro, para 16,52% a.a., em novembro, principalmente em função dos seguintes fatores: i) maior variação da taxa Selic (1,38%, em novembro de 2005, contra 1,25% no mesmo mês do ano anterior); e ii) menor depreciação do dólar americano frente ao real (2,10%, em novembro de 2005, contra 4,40%, em novembro de 2004). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,52% a.a..*



### **Prazo Médio**

*Em comparação a outubro, o prazo médio da DPMFi em poder do público diminuiu 0,39 mês.*

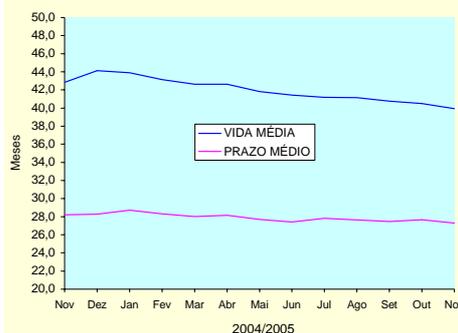
Em novembro, as LTN apresentaram prazo de emissão (18,49 meses) superior ao prazo médio de estoque desses títulos em outubro (9,68 meses), resultando no aumento de 0,18 meses em seu prazo médio. O prazo médio da LFT cresceu 0,03 mês, devido à emissão deste título com prazo de 44,63 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em outubro (19,01 meses). Em função da conjunção destes fatores e da redução do prazo que ocorre pela aproximação dos vencimentos, o prazo médio da DPMFi apresentou redução de 0,39 mês (27,67 meses, em outubro, contra 27,28 meses, em novembro). Em relação à vida média da DPMFi, verificou-se que este indicador foi inferior em 0,59 mês ao obtido no mês anterior, alcançando 39,93 meses.

**TABELA 9**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM**  
**PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2004			
Nov	42,84	28,21	21,18
Dez	44,14	28,29	20,69
2005			
Jan	43,89	28,73	21,41
Fev	43,14	28,32	21,26
Mar	42,60	28,01	21,10
Abr	42,62	28,16	21,50
Mai	41,83	27,69	21,16
Jun	41,44	27,42	21,01
Jul	41,19	27,81	21,59
Ago	41,13	27,65	21,43
Set	40,75	27,46	21,43
Out	40,52	27,67	21,87
Nov	39,93	27,28	21,65

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM**  
**PODER DO PÚBLICO**



A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de novembro com saldo de R\$ 163,3 bilhões, inferior em R\$ 3,0 bilhões ao observado no mês de outubro, devido basicamente à já citada apreciação do real frente ao dólar americano. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu um acréscimo de 0,28%, em função da reabertura do *Global 2015*, cuja operação foi realizada no dia 9 de novembro, com liquidação financeira em 17 de novembro, quando se observou os impactos nas estatísticas da DPFe.

## Dívida Externa Líquida

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	NOV	OUT	NOV
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>162.942</b>	<b>136.990</b>	<b>134.926</b>
Bônus de Renegociação	39.461	16.222	15.882
Bônus de Captação	123.482	120.767	119.044
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>46.555</b>	<b>32.932</b>	<b>32.017</b>
Organismos Multilaterais	25.900	20.232	19.675
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.665	6.935	6.785
Clube de Paris	11.989	5.765	5.557
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>209.497</b>	<b>169.922</b>	<b>166.943</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.656</b>	<b>-3.255</b>	<b>-3.211</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-416</b>	<b>-349</b>	<b>-455</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>205.425</b>	<b>166.318</b>	<b>163.277</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>11,8%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,5%</b>

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 3,0 bilhões.

O serviço da DPFe, em novembro, totalizou R\$ 848,9 milhões, dos quais R\$ 684,7 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos - a maior parte referente à dívida mobiliária - e R\$ 164,3 milhões ao pagamento de principal.

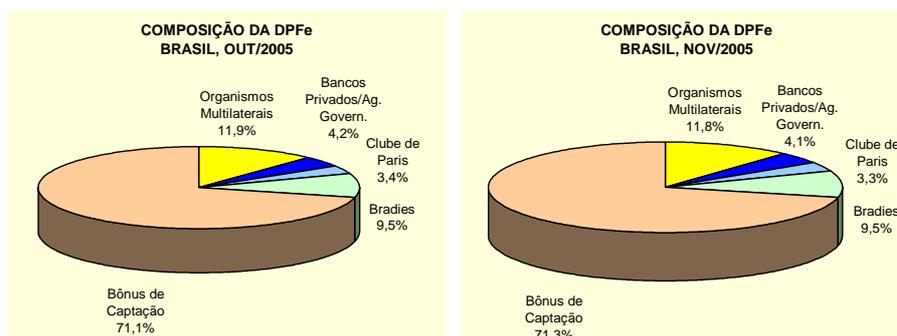
As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 848,9 milhões no mês.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, NOV/2005**

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>164,3</b>	<b>684,7</b>	<b>848,9</b>
I.1. Organismos Multilaterais	124,0	72,5	196,5
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	40,2	9,5	49,7
I.3. Clube de Paris	0,0	3,5	3,5
I.4. Dívida Mobiliária	<b>0,0</b>	<b>599,2</b>	<b>599,2</b>
Bônus (taxas)	0,0	3,5	3,5
EURO 2006	0,0	212,4	212,4
GLOBAL 2027	0,0	383,3	383,3

## Composição

Em relação à composição da DPFe, destaca-se o aumento de 0,24 pontos percentuais na participação dos Bônus de Captação, devido a reabertura do *Global 2015*.



## Custo e Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu pequeno decréscimo em relação a outubro, passando de 6,42 anos para 6,36 anos. Este decréscimo foi amenizado pela emissão do *Global 2015* que tem prazo médio de 6,73 anos, maior que o prazo médio do estoque total da DPFe no mês de outubro. Já a vida média da dívida mobiliária passou de 12,34 anos em outubro, para 12,26 anos, em novembro, em decorrência da já citada emissão do *Global 2015*, cuja vida média é inferior à do estoque da DPMFe.

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	NOV	OUT	NOV	
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>6,10</b>	<b>6,42</b>	<b>6,36</b>	
Bônus de Renegociação	5,60	6,33	6,24	
Bônus de Captação	6,12	6,43	6,38	
Globais	7,17	7,10	7,03	
Euros	3,17	3,84	3,77	
Demais	2,14	1,33	1,24	
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>11,73</b>	<b>12,34</b>	<b>12,26</b>	
Bônus de Renegociação	9,99	10,48	10,40	
Bônus de Captação	12,29	12,59	12,50	
Globais	15,12	14,36	14,22	
Euros	4,61	5,08	5,00	
Demais	2,33	1,42	1,34	
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>9,06</b>	<b>9,44</b>	<b>9,43</b>	
Bônus de Renegociação	5,47	5,41	5,41	
Bônus de Captação	10,21	9,99	9,97	
Globais	10,59	10,19	10,17	
Euros	9,95	9,93	9,93	
Demais	6,07	6,08	6,09	

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

*Em novembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa diminuiu para 6,36 anos. O custo médio, por sua vez, manteve-se praticamente inalterado em 9,43% a.a.*

O custo médio, em dólares, permaneceu praticamente estável, ao passar de 9,44% a.a., em outubro, para 9,43% a. a., em novembro.

#### Boxe 5 – Brasil reabre *Global 2034*

O Tesouro Nacional realizou, em 29 de novembro, a reabertura do bônus *Global 2034*. O volume captado pela emissão foi de US\$ 500 milhões, tendo sua liquidação financeira ocorrida em 6 de dezembro, quando se observa o impacto nas estatísticas da DPFe.

O título, que paga cupom semestral de 8,250% a.a., foi emitido a 99,325% do seu valor de face, resultando em uma taxa de retorno para o investidor de 8,311% a.a. Nas duas emissões anteriores, o título alcançou o retorno de 8,750% em janeiro de 2004, e de 8,814% em maio de 2005.

O bom resultado da operação pode ser visto também em termos de *spread*, que foi o menor das emissões do *Global 2034*. O *spread* do bônus foi de 362 pontos-base acima do título de referência do Tesouro Americano com 30 anos de prazo, contra 376 pbs em janeiro de 2004 e 440 pbs em junho de 2005.

Com esta emissão, ficam restando US\$ 5,5 bilhões para alcançar o montante proposto pela programação de financiamento da DPFe para o biênio 2006-2007, de US\$ 9,0 bilhões.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Novembro 2004/2005

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Novembro 2004/2005

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>33.422,9</b>	<b>47.480,6</b>	<b>41.420,7</b>	<b>35.265,7</b>	<b>38.278,2</b>	<b>42.799,8</b>	<b>36.936,6</b>	<b>40.441,6</b>	<b>40.193,2</b>	<b>39.248,5</b>	<b>36.722,7</b>	<b>41.439,6</b>	<b>39.810,6</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>25.605,3</b>	<b>34.029,2</b>	<b>33.308,5</b>	<b>27.740,3</b>	<b>29.875,2</b>	<b>34.091,1</b>	<b>28.638,9</b>	<b>31.692,4</b>	<b>31.604,4</b>	<b>30.212,9</b>	<b>27.864,4</b>	<b>32.627,2</b>	<b>30.660,0</b>
I.1.1 Receita Bruta	26.775,2	34.600,8	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2
- Impostos	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0
- Contribuições	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0
- Demais (1)	3.111,5	3.734,7	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>7.680,8</b>	<b>13.318,7</b>	<b>8.047,0</b>	<b>7.371,0</b>	<b>8.236,1</b>	<b>8.598,3</b>	<b>8.187,8</b>	<b>8.589,1</b>	<b>8.474,5</b>	<b>8.952,4</b>	<b>8.748,2</b>	<b>8.699,0</b>	<b>9.044,1</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>136,8</b>	<b>132,7</b>	<b>65,2</b>	<b>154,4</b>	<b>166,9</b>	<b>110,4</b>	<b>109,9</b>	<b>160,1</b>	<b>114,3</b>	<b>83,3</b>	<b>110,1</b>	<b>113,3</b>	<b>106,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.220,5</b>	<b>6.342,8</b>	<b>7.396,1</b>	<b>6.699,0</b>	<b>6.209,7</b>	<b>6.557,4</b>	<b>7.996,6</b>	<b>6.648,0</b>	<b>6.463,2</b>	<b>6.751,1</b>	<b>5.401,6</b>	<b>6.330,7</b>	<b>8.216,6</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0
II.4. Demais	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>27.202,4</b>	<b>41.137,8</b>	<b>34.024,6</b>	<b>28.566,7</b>	<b>32.068,5</b>	<b>36.242,4</b>	<b>28.939,9</b>	<b>33.793,6</b>	<b>33.730,0</b>	<b>32.497,5</b>	<b>31.321,0</b>	<b>35.108,9</b>	<b>31.593,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>25.446,3</b>	<b>43.900,0</b>	<b>25.647,1</b>	<b>26.461,4</b>	<b>25.512,7</b>	<b>23.552,0</b>	<b>26.224,5</b>	<b>27.917,0</b>	<b>28.886,8</b>	<b>28.641,1</b>	<b>28.554,1</b>	<b>29.315,8</b>	<b>30.199,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>7.453,6</b>	<b>10.335,0</b>	<b>8.169,5</b>	<b>7.693,4</b>	<b>6.844,1</b>	<b>6.575,6</b>	<b>6.739,6</b>	<b>7.561,2</b>	<b>8.617,9</b>	<b>7.031,6</b>	<b>7.134,2</b>	<b>6.858,8</b>	<b>8.110,2</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>10.141,8</b>	<b>19.922,2</b>	<b>10.497,6</b>	<b>11.169,3</b>	<b>10.573,3</b>	<b>10.611,6</b>	<b>10.530,9</b>	<b>11.735,9</b>	<b>11.561,3</b>	<b>11.560,7</b>	<b>11.461,3</b>	<b>11.836,4</b>	<b>12.071,4</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>7.633,7</b>	<b>13.298,1</b>	<b>6.888,8</b>	<b>7.377,6</b>	<b>7.855,8</b>	<b>6.197,2</b>	<b>8.773,6</b>	<b>8.448,6</b>	<b>8.530,2</b>	<b>9.726,4</b>	<b>9.784,9</b>	<b>10.425,5</b>	<b>9.884,3</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	417,0	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	437,4
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.921,6	9.509,9	5.543,3	4.827,0	5.418,9	4.803,7	6.774,8	6.420,7	5.873,7	6.812,8	6.680,8	6.975,6	7.405,2
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>54,6</b>	<b>72,7</b>	<b>8,6</b>	<b>105,6</b>	<b>51,0</b>	<b>51,7</b>	<b>53,7</b>	<b>50,3</b>	<b>49,3</b>	<b>22,7</b>	<b>53,7</b>	<b>55,9</b>	<b>15,9</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>162,6</b>	<b>271,9</b>	<b>82,5</b>	<b>115,5</b>	<b>188,6</b>	<b>115,8</b>	<b>126,7</b>	<b>121,0</b>	<b>128,1</b>	<b>299,8</b>	<b>120,0</b>	<b>139,2</b>	<b>117,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>1.756,1</b>	<b>-2.762,2</b>	<b>8.377,5</b>	<b>2.105,3</b>	<b>6.555,8</b>	<b>12.690,4</b>	<b>2.715,4</b>	<b>5.876,7</b>	<b>4.843,2</b>	<b>3.856,3</b>	<b>2.766,9</b>	<b>5.793,1</b>	<b>1.394,5</b>
V.1. Tesouro Nacional	4.243,0	3.980,6	10.845,4	5.864,7	8.914,6	14.709,2	5.075,3	8.984,3	7.943,7	6.681,1	5.490,0	8.956,3	4.433,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3
V.3. Banco Central (6)	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>128,6</b>	<b>167,4</b>	<b>200,0</b>	<b>164,2</b>	<b>331,7</b>	<b>168,2</b>	<b>331,2</b>	<b>435,0</b>	<b>209,0</b>	<b>154,0</b>	<b>110,4</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>720,8</b>	<b>-347,3</b>	<b>0,9</b>	<b>-145,4</b>	<b>449,2</b>	<b>1.453,3</b>	<b>-843,4</b>	<b>15,2</b>	<b>440,4</b>	<b>217,1</b>	<b>-46,2</b>	<b>374,9</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>2.476,9</b>	<b>-3.109,5</b>	<b>8.507,0</b>	<b>2.127,3</b>	<b>7.205,0</b>	<b>14.307,9</b>	<b>2.203,8</b>	<b>6.060,0</b>	<b>5.614,8</b>	<b>4.508,5</b>	<b>2.929,8</b>	<b>6.321,9</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS (8)</b>	<b>-5.153,0</b>	<b>-5.535,7</b>	<b>-9.357,9</b>	<b>-7.851,2</b>	<b>-10.971,7</b>	<b>-7.014,5</b>	<b>-9.468,5</b>	<b>-13.248,6</b>	<b>-11.733,1</b>	<b>-12.024,2</b>	<b>-13.282,7</b>	<b>-11.479,2</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>-2.676,1</b>	<b>-8.645,2</b>	<b>-850,9</b>	<b>-5.724,0</b>	<b>-3.766,7</b>	<b>7.293,3</b>	<b>-7.264,7</b>	<b>-7.188,6</b>	<b>-6.118,3</b>	<b>-7.515,8</b>	<b>-10.353,0</b>	<b>-5.157,3</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS (1)	653,3	673,8	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>38.351,0</b>	<b>54.023,2</b>	<b>33.353,5</b>	<b>38.220,6</b>	<b>40.242,6</b>	<b>38.808,9</b>	<b>41.525,0</b>	<b>41.811,0</b>	<b>38.322,5</b>	<b>41.315,0</b>	<b>38.691,3</b>	<b>38.160,8</b>	<b>44.244,7</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	112,0
I.5 - Receita do Salário Educação	196,5	357,4	217,3	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.329,5	14.194,6	9.031,6	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8
<b>II. DESPESAS</b>	<b>44.256,0</b>	<b>43.653,7</b>	<b>35.955,4</b>	<b>39.422,4</b>	<b>34.363,4</b>	<b>37.568,3</b>	<b>40.193,9</b>	<b>40.690,5</b>	<b>45.090,5</b>	<b>39.057,9</b>	<b>42.637,3</b>	<b>42.425,0</b>	<b>50.032,8</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>7.354,3</b>	<b>7.239,3</b>	<b>8.897,6</b>	<b>8.671,2</b>	<b>7.130,7</b>	<b>8.132,8</b>	<b>9.551,4</b>	<b>8.186,5</b>	<b>7.766,1</b>	<b>8.274,0</b>	<b>6.647,5</b>	<b>7.730,6</b>	<b>10.119,2</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6
II.1.4 - Outras Vinculações	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>36.901,6</b>	<b>36.414,3</b>	<b>27.057,8</b>	<b>30.751,2</b>	<b>27.232,7</b>	<b>29.435,6</b>	<b>30.642,5</b>	<b>32.504,0</b>	<b>37.324,5</b>	<b>30.783,9</b>	<b>35.989,8</b>	<b>34.694,4</b>	<b>39.913,6</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.240,1	9.342,6	8.593,7	7.889,3	7.440,3	7.245,4	7.733,7	9.492,7	7.442,4	7.562,3	7.384,2	7.785,8	11.143,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8
i) Dívida Contratual Interna	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2
ii) Dívida Contratual Externa	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.610,1	8.142,4	3.616,7	5.716,0	6.292,5	5.356,7	6.286,6	6.473,3	6.654,5	7.208,0	7.800,1	7.699,5	7.854,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-5.904,9</b>	<b>10.369,5</b>	<b>-2.601,9</b>	<b>-1.201,8</b>	<b>5.879,1</b>	<b>1.240,6</b>	<b>1.331,1</b>	<b>1.120,5</b>	<b>-6.768,1</b>	<b>2.257,1</b>	<b>-3.946,0</b>	<b>-4.264,2</b>	<b>-5.788,1</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>33.080,7</b>	<b>33.862,7</b>	<b>38.587,7</b>	<b>31.388,4</b>	<b>34.785,2</b>	<b>35.307,3</b>	<b>32.459,8</b>	<b>28.540,2</b>	<b>45.796,9</b>	<b>27.870,1</b>	<b>39.005,8</b>	<b>35.339,3</b>	<b>39.448,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5
<b>V. DESPESAS</b>	<b>28.017,8</b>	<b>21.253,6</b>	<b>37.336,1</b>	<b>22.331,2</b>	<b>17.498,7</b>	<b>37.574,6</b>	<b>24.176,3</b>	<b>25.778,7</b>	<b>41.200,8</b>	<b>30.959,9</b>	<b>30.072,0</b>	<b>31.313,0</b>	<b>18.316,2</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8
V.1.2 - Dívida Contratual	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>6.148,3</b>	<b>12.332,2</b>	<b>1.646,9</b>	<b>8.103,3</b>	<b>17.020,2</b>	<b>-1.984,1</b>	<b>9.482,2</b>	<b>8.410,5</b>	<b>5.928,9</b>	<b>-540,6</b>	<b>12.163,0</b>	<b>3.796,8</b>	<b>20.737,2</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-1.741,6</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>	<b>3.908,8</b>	<b>-1.048,5</b>	<b>3.707,4</b>	<b>2.020,9</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.005,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>-2.583,6</b>	<b>23.539,6</b>	<b>-2.368,9</b>	<b>7.205,9</b>	<b>27.074,4</b>	<b>-2.075,2</b>	<b>13.322,0</b>	<b>5.902,9</b>	<b>-4.833,7</b>	<b>-1.709,5</b>	<b>8.756,2</b>	<b>-3.237,1</b>	<b>12.338,8</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>13.770,4</b>	<b>4.570,3</b>	<b>38.081,4</b>	<b>4.430,6</b>	<b>17.308,8</b>	<b>36.872,5</b>	<b>7.407,4</b>	<b>3.120,9</b>	<b>27.436,6</b>	<b>15.723,2</b>	<b>11.268,4</b>	<b>28.818,7</b>	<b>5.394,6</b>
I.1. Emissão de Títulos	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	120,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>15.511,9</b>	<b>4.009,5</b>	<b>39.100,0</b>	<b>5.080,1</b>	<b>13.400,0</b>	<b>37.921,0</b>	<b>3.700,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>30.098,3</b>	<b>16.600,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>31.818,0</b>	<b>8.400,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0
II.2. Encargos da DPMF	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-1.741,6</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>	<b>3.908,8</b>	<b>-1.048,5</b>	<b>3.707,4</b>	<b>2.020,9</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.005,4</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (\*)**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	<b>10,3</b>	<b>8,1</b>	<b>1,3</b>	<b>32,1</b>	<b>19,4</b>	<b>2,2</b>	<b>35,0</b>	<b>19,4</b>	<b>20,9</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>15,6</b>
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	<b>0,7</b>	<b>21,7</b>	<b>0,0</b>	<b>26,3</b>	<b>0,8</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>177,9</b>	<b>57,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>4,2</b>
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	<b>115,1</b>	<b>156,9</b>	<b>80,0</b>	<b>101,0</b>	<b>125,1</b>	<b>29,6</b>	<b>48,4</b>	<b>-2,5</b>	<b>29,0</b>	<b>-49,8</b>	<b>75,6</b>	<b>215,5</b>	<b>149,7</b>
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	113,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2
<b>IV. PRONAF</b>	<b>89,5</b>	<b>280,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>47,7</b>	<b>17,5</b>	<b>5,8</b>	<b>35,4</b>	<b>9,5</b>	<b>156,5</b>	<b>61,1</b>	<b>251,9</b>	<b>-14,6</b>	<b>27,2</b>
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	60,8	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5
<b>V. PROEX</b>	<b>45,1</b>	<b>132,6</b>	<b>-81,2</b>	<b>225,0</b>	<b>31,6</b>	<b>-82,4</b>	<b>72,3</b>	<b>136,9</b>	<b>33,0</b>	<b>25,6</b>	<b>55,5</b>	<b>48,8</b>	<b>76,6</b>
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7
V.2. Concessão de Financiamento (1)	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)</b>	<b>0,0</b>	<b>99,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>278,9</b>	<b>12,0</b>	<b>28,1</b>	<b>404,4</b>	<b>92,4</b>	<b>17,9</b>
<b>VII. CACAU</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,9</b>	<b>17,2</b>	<b>22,6</b>	<b>68,8</b>	<b>3,9</b>	<b>2,5</b>	<b>26,9</b>	<b>20,1</b>	<b>90,7</b>	<b>0,0</b>
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	<b>3,5</b>	<b>1.109,1</b>	<b>0,0</b>	<b>884,4</b>	<b>6,0</b>								
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)</b>	<b>62,4</b>	<b>68,5</b>	<b>7,4</b>	<b>9,5</b>	<b>3,1</b>	<b>10,7</b>	<b>6,7</b>	<b>11,3</b>	<b>9,5</b>	<b>97,3</b>	<b>62,3</b>	<b>107,9</b>	<b>81,7</b>
<b>XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)</b>	<b>-35,8</b>	<b>-40,4</b>	<b>-53,7</b>	<b>219,5</b>	<b>-41,0</b>	<b>-54,9</b>	<b>83,7</b>	<b>-38,3</b>	<b>-53,8</b>	<b>-39,9</b>	<b>-41,0</b>	<b>-53,6</b>	<b>-40,3</b>
<b>XII. TOTAL</b>	<b>290,8</b>	<b>1.836,2</b>	<b>-49,7</b>	<b>665,1</b>	<b>173,7</b>	<b>-66,2</b>	<b>350,4</b>	<b>419,4</b>	<b>387,5</b>	<b>208,2</b>	<b>830,6</b>	<b>1.372,9</b>	<b>338,7</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>182.623,1</b>	<b>210.379,4</b>	<b>213.137,0</b>	<b>233.430,8</b>	<b>256.946,8</b>	<b>251.151,5</b>	<b>275.018,5</b>	<b>293.177,5</b>	<b>299.185,0</b>	<b>304.267,2</b>	<b>321.307,2</b>	<b>321.486,7</b>	<b>347.314,5</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2
Dívida Bancária	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5
INSS	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5
Lei 7.976/89	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3
Bônus Renegociação	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3
Lei 8.727/93	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0
Lei 9.496/97	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6
Recebíveis das Estatais	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1
Outros	-44.588,6	-45.386,5	-45.514,2	-45.103,7	-45.246,3	-45.464,6	-44.919,2	-44.626,5	-44.351,9	-44.018,9	-43.476,9	-43.435,1	-43.849,7
Fat	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6
Demais Entidades	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.585,1
Créditos das Operações Oficiais	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2
Arrecadação a Recolher	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.237,5
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>205.425,4</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>	<b>205.143,0</b>	<b>192.182,1</b>	<b>181.743,4</b>	<b>177.965,6</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>
Dívida Mobiliária	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1
Títulos Depositados em Garantias	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7
Dívida Contratual	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8
Disponibilidades	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>388.048,5</b>	<b>410.271,6</b>	<b>408.265,6</b>	<b>431.732,1</b>	<b>462.089,8</b>	<b>443.333,6</b>	<b>456.762,0</b>	<b>471.143,1</b>	<b>473.186,8</b>	<b>477.782,9</b>	<b>489.370,5</b>	<b>487.804,9</b>	<b>510.591,8</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>22,3%</b>	<b>23,2%</b>	<b>22,9%</b>	<b>24,0%</b>	<b>25,5%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,8%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,8%</b>	<b>25,5%</b>	<b>26,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>162.942,2</b>	<b>160.369,3</b>	<b>157.408,0</b>	<b>160.960,6</b>	<b>167.327,2</b>	<b>156.421,6</b>	<b>148.544,5</b>	<b>147.373,0</b>	<b>142.731,4</b>	<b>142.485,5</b>	<b>139.016,0</b>	<b>136.989,7</b>	<b>134.926,1</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>39.460,7</b>	<b>38.358,1</b>	<b>37.930,3</b>	<b>37.499,7</b>	<b>38.487,3</b>	<b>34.186,4</b>	<b>32.464,4</b>	<b>31.743,2</b>	<b>32.119,3</b>	<b>21.098,8</b>	<b>19.801,3</b>	<b>16.222,4</b>	<b>15.882,0</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8
Par Bond (PB)	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2
Discount Bond (DB)	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8
New Money Bond (NMB)	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3
Eligible Interest (EI)	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>123.481,5</b>	<b>122.011,2</b>	<b>119.477,6</b>	<b>123.460,9</b>	<b>128.839,8</b>	<b>122.235,2</b>	<b>116.080,1</b>	<b>115.629,7</b>	<b>110.612,1</b>	<b>121.386,6</b>	<b>119.214,7</b>	<b>120.767,2</b>	<b>119.044,0</b>
A-Bond	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.168,9	10.163,7	9.950,4
Euro 2005	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5
Euro 2007	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9
Euro 2009	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2
Euro 2010	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9
Euro 2011	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5
Euro 2012	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5
Euro 2015	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2
Euro libra 2007	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8
Euro lira 2017	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0
Global 2005	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-
Global 2006	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5
Global 2007	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5
Global 2008	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5
Global 2009	7.509,4	7.299,6	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,2	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3
Global 2010	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5
Global 2011	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8
Global 2012	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8
Global 2013	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8
Global 2014	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8
Global 2015	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7
Global 2019	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0
Global 2020	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0
Global 2024	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2
Global 2025	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8
Global 2027	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.276,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5
Global 2030	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2
Global 2034	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0
Global 2040	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.466,6	11.382,2	11.382,2
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6
Marco Alemão 2008	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0
Samurai 2006	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.281,0	1.275,5	1.174,3	1.162,0	1.105,8
Samurai 2007	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.655,5</b>	<b>-3.674,2</b>	<b>-3.797,9</b>	<b>-3.697,2</b>	<b>-3.778,8</b>	<b>-3.740,1</b>	<b>-3.690,0</b>	<b>-3.691,4</b>	<b>-3.629,2</b>	<b>-3.723,4</b>	<b>-3.289,1</b>	<b>-3.254,6</b>	<b>-3.210,7</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>46.554,7</b>	<b>43.574,2</b>	<b>41.960,5</b>	<b>41.498,8</b>	<b>42.038,0</b>	<b>39.843,6</b>	<b>37.207,6</b>	<b>34.613,5</b>	<b>35.240,4</b>	<b>35.094,3</b>	<b>32.665,9</b>	<b>32.932,0</b>	<b>32.016,8</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-416,0</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>	<b>-443,5</b>	<b>-343,0</b>	<b>-318,7</b>	<b>-329,5</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>205.425,4</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>	<b>205.143,0</b>	<b>192.182,1</b>	<b>181.743,4</b>	<b>177.965,6</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>11,8%</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,9%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,5%</b>	<b>9,9%</b>	<b>9,6%</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>1.074.803,4</b>	<b>1.102.253,5</b>	<b>1.116.862,3</b>	<b>1.130.190,1</b>	<b>1.159.027,9</b>	<b>1.160.228,9</b>	<b>1.179.927,0</b>	<b>1.200.961,5</b>	<b>1.211.797,7</b>	<b>1.216.689,7</b>	<b>1.233.347,3</b>	<b>1.240.924,8</b>	<b>1.268.769,5</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>773.745,4</b>	<b>799.217,5</b>	<b>815.449,1</b>	<b>835.428,5</b>	<b>862.116,1</b>	<b>863.748,9</b>	<b>878.750,1</b>	<b>896.348,3</b>	<b>906.625,4</b>	<b>910.879,9</b>	<b>924.596,5</b>	<b>930.355,7</b>	<b>956.421,2</b>
Dívida Securitizada	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2
TDA	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1
LTN	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3
LFT	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8
LFT-A	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7
LFT-B	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2
NTN-A	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6
NTN-B	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5
NTN-C	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1
NTN-D	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3
NTN-F	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9
NTN-I	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1
NTN-P	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4
CFT-A	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2
CFT-D	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9
Demais	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>301.058,0</b>	<b>303.035,9</b>	<b>301.413,3</b>	<b>294.761,5</b>	<b>296.911,8</b>	<b>296.480,0</b>	<b>301.176,9</b>	<b>304.613,1</b>	<b>305.172,3</b>	<b>305.809,8</b>	<b>308.750,8</b>	<b>310.569,1</b>	<b>312.348,3</b>
LTN	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2
LFT	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6
NTN-D	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5
Demais	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>44,4%</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,7%</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,7%</b>	<b>47,3%</b>	<b>47,8%</b>	<b>48,4%</b>	<b>48,6%</b>	<b>48,5%</b>	<b>48,8%</b>	<b>48,7%</b>	<b>49,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Nov/2004	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2005
<b>I. INTERNA</b>	<b>-149.446,6</b>	<b>-149.919,4</b>	<b>-152.510,2</b>	<b>-154.717,5</b>	<b>-155.775,3</b>	<b>-158.525,6</b>	<b>-153.297,4</b>	<b>-154.155,6</b>	<b>-156.629,5</b>	<b>-158.044,2</b>	<b>-159.199,3</b>	<b>-159.472,0</b>	<b>-161.464,7</b>
Dívida contratual	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7
FAT	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6
Aplicações financeiras	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3
Fundos Regionais	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.703,7	-28.114,6
Demais	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-416,0</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>	<b>-443,5</b>	<b>-343,0</b>	<b>-318,7</b>	<b>-329,5</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>
Disponibilidades	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-149.862,6</b>	<b>-150.296,4</b>	<b>-152.952,2</b>	<b>-155.178,4</b>	<b>-156.218,8</b>	<b>-158.868,6</b>	<b>-153.616,0</b>	<b>-154.485,1</b>	<b>-156.970,2</b>	<b>-158.384,9</b>	<b>-159.528,9</b>	<b>-159.820,9</b>	<b>-161.919,6</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>

(-) Haver (+) Obrigação  
Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2004/2005 (\*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	610.161,7	527.536,0	460.978,6	378.385,2	370.574,9	31.485,8	1.016.513,2	813.976,0	651.401,5	436.452,0	422.113,8	33.863,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	2.294,1	2.118,6	2.100,2	1,0	2.300,1	2.300,0	2.001,3	1.628,0	1.623,6	14,4
Advocacia-Geral da União	93.366,8	66.232,0	63.900,5	51.386,1	51.295,6	3.683,0	89.808,2	72.800,0	70.224,4	55.979,1	55.693,0	5.104,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	647.073,7	613.531,0	529.913,1	470.858,2	442.353,2	56.803,3	806.238,7	648.962,0	562.002,1	475.870,3	456.805,5	77.757,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.887.849,4	1.878.889,0	1.573.985,6	1.235.471,7	1.168.986,1	268.530,4	2.500.564,5	2.549.849,0	1.967.790,4	1.641.471,2	1.395.218,5	307.553,9
Ministério da Fazenda	1.514.360,3	1.558.286,0	1.292.664,8	1.154.914,9	1.149.907,9	49.861,3	1.881.882,6	1.684.403,0	1.532.273,4	1.390.552,6	1.385.050,2	51.758,5
Ministério da Educação	6.140.779,1	5.781.128,0	5.152.206,4	3.988.762,8	3.930.797,8	761.750,6	7.157.964,4	6.586.212,0	5.823.048,3	4.768.520,5	4.637.956,9	843.613,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	432.934,1	403.294,0	315.122,0	265.057,9	264.058,8	18.842,0	485.423,2	423.466,0	391.390,1	348.927,7	348.530,8	19.060,0
Ministério da Justiça	776.653,7	742.152,0	612.272,8	508.786,7	503.928,8	99.365,7	1.062.551,6	967.737,0	703.797,8	591.334,7	587.540,9	100.179,8
Ministério de Minas e Energia	462.591,1	340.175,0	287.855,4	219.304,4	218.284,6	37.621,1	671.633,2	363.798,0	315.012,1	258.609,3	256.301,1	19.160,8
Ministério da Previdência Social	1.358.628,1	1.216.594,0	1.051.539,8	932.176,8	898.381,6	140.417,3	1.316.627,1	1.062.824,0	980.214,7	926.426,8	896.815,2	200.047,8
Ministério das Relações Exteriores	790.413,2	897.492,0	597.967,2	554.279,2	552.868,3	24.647,7	1.141.235,8	929.298,0	683.264,2	648.977,5	646.519,5	80.660,3
Ministério da Saúde	27.324.726,2	27.218.569,0	25.004.080,7	23.345.910,8	23.193.946,5	1.305.693,4	31.463.378,3	30.645.000,0	29.111.986,7	27.231.472,1	27.086.190,6	1.447.134,6
Ministério do Trabalho e Emprego	792.303,7	590.688,0	491.846,2	387.135,3	381.382,3	8.802,1	810.945,6	628.037,0	553.686,1	429.961,8	426.742,2	42.585,4
Ministério dos Transportes	565.376,3	530.012,0	424.576,3	338.547,1	335.378,4	95.606,9	709.344,2	696.046,0	470.483,5	351.459,7	343.823,8	70.096,3
Ministério das Comunicações	465.381,5	358.100,0	310.332,4	208.798,1	208.409,3	34.628,6	702.868,9	338.255,0	267.331,5	198.009,6	194.802,8	49.033,4
Ministério da Cultura	265.064,3	212.871,0	158.988,2	115.655,2	114.639,1	31.995,8	374.496,5	288.967,0	225.449,4	179.855,8	177.064,6	53.758,1
Ministério do Meio Ambiente	418.114,7	361.408,0	288.645,9	219.260,6	217.217,3	45.369,8	521.324,0	418.952,0	353.875,9	280.342,2	279.095,9	57.243,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	574.427,3	323.413,0	258.771,7	209.247,7	207.075,5	29.083,7	453.725,6	375.282,0	290.629,8	236.379,4	231.532,8	38.027,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	486.677,5	445.966,0	335.338,7	229.444,4	220.325,5	45.672,6	703.277,8	614.500,0	474.495,7	339.718,3	330.381,9	89.554,2
Ministério do Esporte	99.548,7	80.952,0	70.002,1	56.193,6	56.080,8	29.960,6	158.824,9	121.400,0	106.864,4	76.005,5	75.768,2	12.711,6
Ministério da Defesa	3.433.102,8	3.524.894,0	3.091.699,5	2.394.052,7	2.316.198,4	391.952,5	4.463.225,2	3.907.703,0	3.463.019,3	2.849.247,6	2.740.198,2	521.022,9
Ministério da Integração Nacional	284.006,6	228.041,0	146.031,6	111.254,6	103.922,8	28.604,6	311.360,8	240.734,0	201.199,9	128.237,7	120.926,3	36.784,9
Ministério do Turismo	206.776,8	183.837,0	125.575,9	93.893,9	93.387,3	9.028,6	363.571,2	237.443,0	205.442,3	142.722,4	142.546,8	47.992,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.683.424,4	5.654.398,0	5.451.684,7	5.173.372,1	5.160.659,7	196.395,3	6.111.510,9	6.019.740,0	5.508.542,6	5.230.313,7	5.157.779,7	185.514,8
Ministério das Cidades	278.689,5	264.916,0	222.008,4	178.255,9	174.576,1	24.436,6	413.305,2	380.400,0	320.846,9	211.355,6	205.322,6	26.276,2
Encargos Financeiros da União	30.000,0	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	126.459,7	87.819,2	75.589,8	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	132.872,0	100.305,9	100.305,9	-	1.048.740,6	148.705,0	147.052,8	95.346,5	95.346,5	18.366,6
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	37.594,0	28.641,3	28.641,3	-	130.643,6	123.400,0	123.331,8	95.595,7	95.532,6	-
<b>TOTAL</b>	<b>55.801.130,2</b>	<b>54.179.380,0</b>	<b>48.490.748,6</b>	<b>42.951.471,7</b>	<b>42.465.683,8</b>	<b>3.770.240,4</b>	<b>67.035.843,5</b>	<b>61.452.789,0</b>	<b>55.633.118,4</b>	<b>49.708.592,5</b>	<b>48.868.814,2</b>	<b>4.434.877,1</b>

Dados preliminares.

(\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifai" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index\\_informacoes\\_sifai.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index_informacoes_sifai.asp).

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

**TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2004/2005 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	135.047,7	95.831,0	61.494,6	19.803,5	19.744,5	7.662,5	138.995,1	99.024,0	26.640,0	16.580,3	16.574,5	38.341,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	109,6	109,6	107,5	-	200,0	200,0	6,2	3,7	3,7	0,1
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	3.171,4	635,4	631,3	4.102,0	8.221,1	5.700,0	4.745,2	1.572,9	1.218,5	11.219,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	187.941,7	122.013,0	77.973,4	43.719,0	35.044,8	31.283,3	360.824,6	129.338,0	91.461,9	20.869,6	17.002,7	65.701,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	224.031,3	254.661,0	134.198,6	103.420,3	86.291,9	107.607,3	691.159,4	691.651,0	251.652,2	148.049,9	115.711,6	57.176,5
Ministério da Fazenda (3)	89.371,6	74.918,0	64.618,5	28.897,4	28.543,8	8.330,4	427.463,3	526.342,0	218.497,3	130.326,0	113.693,5	10.391,5
Ministério da Educação	657.958,5	478.292,0	277.351,6	171.046,2	168.772,1	181.767,9	978.523,6	724.588,0	363.487,7	212.733,8	203.120,8	179.933,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	117.346,1	137.099,0	37.324,1	12.235,9	12.171,3	5.010,7	104.957,5	36.034,0	17.210,3	8.105,6	8.100,9	76.696,4
Ministério da Justiça	575.431,6	503.539,0	381.130,0	176.154,0	171.585,9	236.337,6	665.815,9	426.203,0	284.443,0	88.416,7	88.234,7	162.357,8
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	16.178,1	11.943,2	11.926,4	3.755,9	40.611,5	18.002,0	7.591,0	6.514,7	6.490,8	7.017,2
Ministério da Previdência Social	44.250,7	34.739,0	16.354,9	5.943,7	4.573,1	37.181,9	113.322,4	151.576,0	66.810,8	5.005,7	2.286,8	21.245,0
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	17.898,2	14.819,5	14.819,5	919,0	68.151,7	65.102,0	19.302,6	16.755,6	16.755,5	1.067,8
Ministério da Saúde	2.536.073,7	1.921.386,0	1.307.395,9	427.179,6	394.679,8	684.301,4	2.628.142,7	2.127.600,0	1.120.601,7	208.172,4	203.016,9	713.683,7
Ministério do Trabalho e Emprego	36.965,4	25.134,0	15.981,6	9.344,2	9.343,7	2.986,1	32.120,6	22.163,0	15.857,1	11.228,7	11.217,6	5.142,5
Ministério dos Transportes	2.619.254,7	2.168.488,0	1.750.465,4	687.388,1	537.295,4	1.126.976,8	6.009.336,6	4.053.872,0	3.342.259,1	1.655.675,8	1.437.164,8	871.670,5
Ministério das Comunicações	35.740,9	41.900,0	16.549,2	11.472,4	11.472,2	9.001,9	151.300,8	56.145,0	32.144,4	6.450,7	6.343,0	13.830,9
Ministério da Cultura	103.513,1	45.885,0	31.757,6	7.615,4	7.276,8	12.606,3	128.517,0	58.333,0	44.904,0	18.478,8	17.627,4	20.626,2
Ministério do Meio Ambiente	87.171,3	40.478,0	19.912,8	11.979,9	11.898,4	16.491,3	115.806,0	44.948,0	19.702,4	8.899,0	8.853,7	11.803,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	26.059,4	25.758,0	11.666,2	3.602,4	3.440,6	1.414,4	20.794,7	17.668,0	4.568,5	1.907,9	1.904,3	14.815,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.014.493,9	1.086.318,0	779.189,5	669.813,3	636.070,6	107.905,9	1.231.057,4	1.050.900,0	920.662,1	752.700,7	751.513,7	189.893,4
Ministério do Esporte	249.620,3	156.492,0	115.546,5	23.651,8	23.641,3	80.279,4	463.044,7	139.000,0	134.301,3	5.828,2	5.816,1	38.365,9
Ministério da Defesa	1.374.785,6	1.422.400,0	1.266.278,8	662.877,0	627.346,5	276.968,9	1.832.972,0	1.273.126,0	920.715,8	472.788,9	460.995,4	342.266,3
Ministério da Integração Nacional	1.122.212,0	682.726,0	504.030,1	302.708,8	230.264,9	238.502,7	2.294.057,0	908.366,0	735.611,8	241.663,3	142.735,3	211.296,9
Ministério do Turismo	263.205,2	176.458,0	125.464,4	46.190,1	45.982,2	37.892,2	650.898,9	190.149,0	173.265,7	6.009,1	5.549,8	59.071,5
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	196.570,3	150.680,0	107.490,3	65.330,1	65.283,0	20.624,8	171.360,0	181.260,0	94.678,8	44.620,8	44.610,6	24.143,1
Ministério das Cidades	1.104.499,7	968.736,0	641.373,4	278.243,9	275.348,7	254.291,3	2.334.401,8	791.700,0	690.787,9	124.706,5	114.889,8	407.427,3
<b>TOTAL</b>	<b>12.918.188,6</b>	<b>10.701.904,0</b>	<b>7.780.904,7</b>	<b>3.796.124,5</b>	<b>3.433.556,1</b>	<b>3.494.202,0</b>	<b>21.662.056,2</b>	<b>13.788.990,0</b>	<b>9.601.908,6</b>	<b>4.214.065,0</b>	<b>3.801.432,0</b>	<b>3.555.184,7</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

### Novembro / 2005

#### Comentários

Em Novembro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 20,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.584.065,9 (mil), em Novembro de 2005, contra R\$ 3.792.177,0 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

#### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2004			2005			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov / 2005	Nov / 2005	Jan a Nov/ 2005
							Out / 2005	Nov / 2004	Jan a Nov/ 2004
FPM	1.722.711,6	1.717.344,0	19.202.363,0	1.939.531,8	2.344.548,1	23.388.802,5	20,9 %	36,5 %	21,8 %
FPE	1.643.923,4	1.638.801,2	18.322.864,4	1.852.645,2	2.239.517,8	22.323.683,1	20,9 %	36,7 %	21,8 %

#### Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Novembro de 2005 foram efetuados nos dias 10, 18 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Novembro	13,0 %	20,9 %	13,0 %	20,9 %	-5,0 %	3,5 %

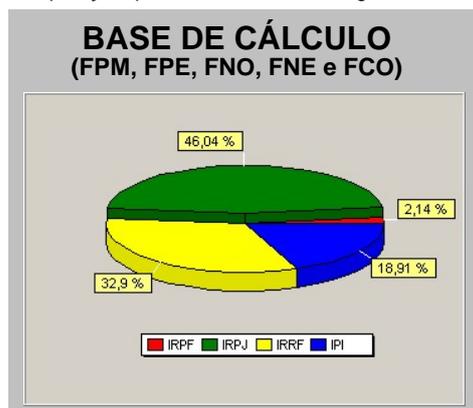
#### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	dez/nov	jan/dez	fev/jan
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	21,0 %	-14,0 %	-20,0 %
IPI-EXP	-14,0 %	8,0 %	-4,0 %

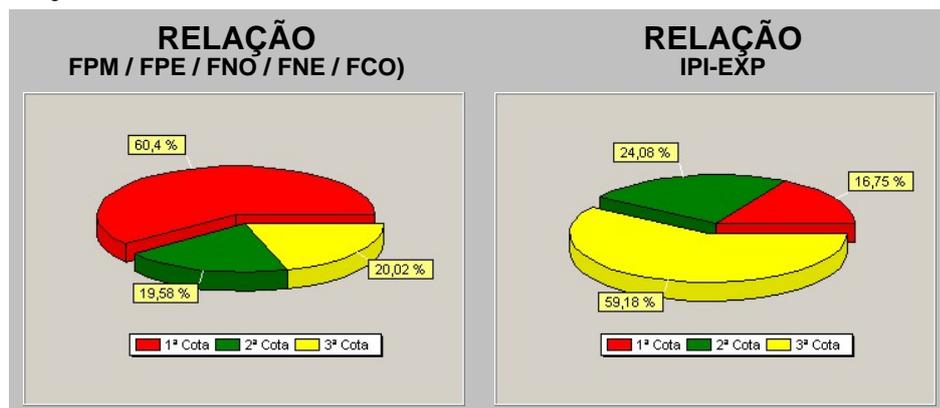
#### Composição dos Fundos

Em Novembro de 2005 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



#### Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2005 a 20/11/2005, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Out/3º DEC	388.122	7.014.022,7	7.402.144,7	Nov/1º DEC	1.352.741,9	1.415.660,2	32.990,4	494.363,4	3.295.755,9
Nov/1º DEC	558.093,3	1.840.851,4	2.398.944,7	Nov/2º DEC	438.407,1	458.798,2	47.437,9	166.701,7	1.111.345
Nov/2º DEC	1.371.537,4	1.081.916,4	2.453.453,8	Nov/3º DEC	448.368,7	469.223	116.580,7	182.501	1.216.673,4
TOTAL	2.317.752,6	9.936.790,6	12.254.543,2	TOTAL	2.239.517,8	2.343.681,4	197.009	843.566,1	5.623.774,3
Nov/3º DEC	432.863,9	5.334.350,1	5.767.214	Dez/1º DEC	1.053.958,4	1.102.979,7	36.793,4	387.129,1	2.580.860,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	13.104,23	76.613,9	20,59	15.874,93
Alagoas	AL	55.808,95	93.166,18	488,34	27.343,2
Amazonas	AM	32.215,33	62.491,5	5.280,13	18.073,11
Amapá	AP	8.241,5	76.412,35	4,16	15.112,4
Bahia	BA	209.387,79	210.429,57	11.894,77	77.764,05
Ceará	CE	122.652,11	164.311,18	2.589,91	51.789,86
Distrito Federal	DF	5.199,93	15.457,15	55,21	3.999,25
Espírito Santo	ES	41.859,71	33.592,77	8.781,3	16.676,69
Goiás	GO	85.168,02	63.671,73	1.974,93	27.181,6
Maranhão	MA	95.310,64	161.652,87	1.865,96	60.306,43
Minas Gerais	MG	308.273,99	99.759,32	22.386,96	81.440,73
Mato Grosso do Sul	MS	34.859,04	29.830,38	1.259,87	12.162,83
Mato Grosso	MT	44.348,76	51.685,83	1.874,86	18.103
Pará	PA	85.318,98	136.879,33	7.393,76	49.893,63
Paraíba	PB	75.771,95	107.248,27	772,88	32.556,25
Pernambuco	PE	116.452,3	154.531,2	1.100,67	48.646,25
Piauí	PI	58.352,25	96.778,52	107,12	28.723,81
Paraná	PR	158.265,82	64.569,78	21.964,2	47.485,04
Rio de Janeiro	RJ	69.231,63	34.213,11	20.346,06	24.338,07
Rio Grande do Norte	RN	58.225,35	93.564,81	1.331,68	27.175,4
Rondônia	RO	21.337,06	63.055,86	281,16	15.048,47
Roraima	RR	11.446,51	55.555,72	12,82	11.842,44
Rio Grande do Sul	RS	158.114,34	52.736,16	28.326,58	46.436,89
Santa Catarina	SC	91.128,05	28.661,35	17.336	25.724,89
Sergipe	SE	34.115,19	93.058,68	132,84	22.572,34
São Paulo	SP	314.402,28	22.395,18	39.401,79	78.590,89
Tocantins	TO	35.956,4	97.195,07	24,44	23.535,08
<b>TOTAL</b>		<b>2.344.548,11</b>	<b>2.239.517,77</b>	<b>197.008,97</b>	<b>908.397,55</b>

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Janeiro	2005	16/02/2005
Fevereiro	2005	17/03/2005
Março	2005	19/04/2005
Abril	2005	02/06/2005
Mai	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN nº 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

**Novembro / 2005**

### Comportamento no Mês

Em Novembro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.865.819,4 (mil), contra R\$ 2.650.458,9 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 8,1% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 20,9% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Outubro	Participação	Novembro	Participação	Nov / Out
FPM	341.426,7	12,9 %	412.724,1	14,4 %	20,9 %
FPE	326.937,4	12,3 %	395.209,0	13,8 %	20,9 %
IPI-EXP	33.586,3	1,3 %	34.766,3	1,2 %	3,5 %
LC 87/96	42.447,3	1,6 %	42.447,3	1,5 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	23.250,9	0,9 %	23.250,9	0,8 %	0,0 %
ICMS	1.882.810,4	71,0 %	1.957.421,8	68,3 %	4,0 %
<b>TOTAL</b>	<b>2.650.458,9</b>	<b>100,0 %</b>	<b>2.865.819,4</b>	<b>100,0 %</b>	<b>8,1 %</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundef@mec.gov.br](mailto:fundef@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

### Complementação da União

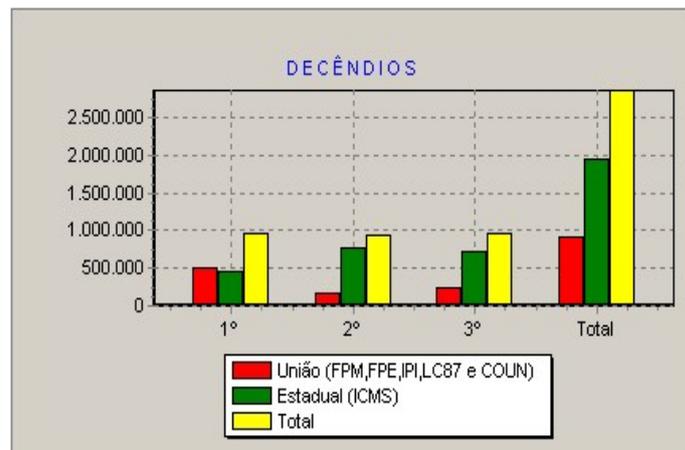
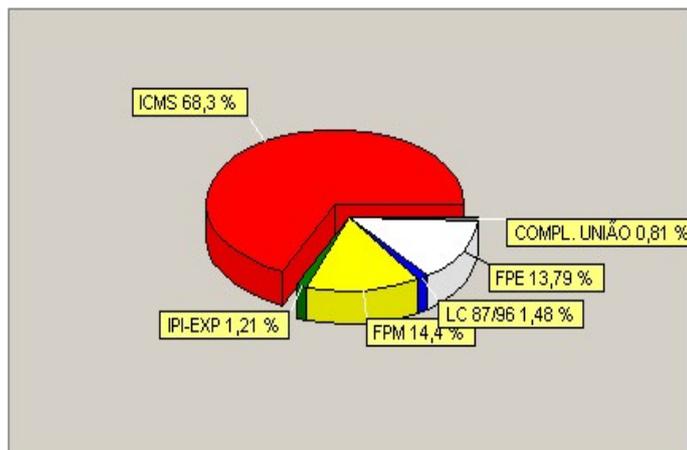
Portaria MF nº 41, de 29/03/2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
<b>TOTAL</b>			<b>69.752.655</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>69.752.655</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>23.250.885</b>	<b>93.003.540</b>

## FUNDEF Brasil por Origem

## FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



## Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	144.012	13.520	2.313	4	0	39	4.226	20.101	139,6	1.393,0
Alagoas	686.155	16.441	9.849	86	610	357	10.725	38.068	55,5	591,6
Amapá	124.616	13.485	1.454	1	0	173	3.734	18.847	151,2	1.476,6
Amazonas	737.073	11.028	5.685	932	0	428	42.701	60.774	82,5	796,5
Bahia	2.886.955	37.135	36.951	2.099	0	1.580	79.120	156.884	54,3	584,1
Ceará	1.585.399	28.996	21.644	457	0	692	53.248	105.038	66,3	579,6
Distrito Federal	294.440	2.728	918	10	0	344	0	3.999	13,6	136,6
Espírito Santo	501.939	5.928	7.387	1.550	0	1.812	56.067	72.743	144,9	1.411,8
Goiás	915.092	11.236	15.030	349	0	567	53.093	80.275	87,7	908,8
Maranhão	1.475.516	28.527	16.820	329	13.917	713	19.701	80.007	54,2	572,8
Mato Grosso	575.990	9.121	7.826	331	0	825	41.006	59.109	102,6	1.054,1
Mato Grosso do Sul	404.776	5.264	6.152	222	0	525	28.409	40.572	100,2	1.105,5
Minas Gerais	3.257.717	17.605	54.401	3.951	0	5.484	187.275	268.715	82,5	903,0
Paraná	1.558.298	11.395	27.929	3.876	0	4.285	123.365	170.850	109,6	1.077,3
Paraíba	773.710	18.926	13.372	136	0	122	18.223	50.779	65,6	657,1
Pará	1.554.289	24.155	15.056	1.305	7.523	1.855	28.517	78.410	50,4	566,4
Pernambuco	1.429.101	27.270	20.550	194	0	631	59.204	107.851	75,5	691,3
Piauí	663.490	17.079	10.297	19	1.201	128	12.228	40.952	61,7	624,0
Rio Grande do Norte	543.826	16.511	10.275	235	0	154	21.373	48.548	89,3	895,9
Rio Grande do Sul	1.541.054	9.306	27.863	4.999	0	4.268	146.519	192.956	125,2	1.285,2
Rio de Janeiro	2.002.925	6.038	12.217	3.590	0	2.493	159.139	183.477	91,6	1.008,1
Rondônia	300.173	11.128	3.765	50	0	106	16.911	31.959	106,5	1.059,8
Roraima	75.189	9.804	2.020	2	0	16	2.523	14.366	191,1	1.911,8
Santa Catarina	878.422	5.058	16.081	3.059	0	1.526	82.605	108.330	123,3	1.211,3
Sergipe	378.202	16.422	6.020	23	0	106	13.923	36.495	96,5	959,0
São Paulo	5.091.365	3.952	54.502	6.953	0	13.183	684.579	763.170	149,9	1.515,2
Tocantins	263.208	17.152	6.345	4	0	33	9.010	32.545	123,6	1.218,4
<b>TOTAL</b>	<b>30.642.932</b>	<b>395.209</b>	<b>412.724</b>	<b>34.766</b>	<b>23.251</b>	<b>42.447</b>	<b>1.957.422</b>	<b>2.865.819</b>	<b>93,5</b>	<b>955,7</b>

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07/03/2005. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.